

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS GOVERNADOR
VALADARES NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOS
ESTUDANTES.

RAQUEL ANTUNES DE FREITAS NUNES

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS
GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOS
ESTUDANTES.**

RAQUEL ANTUNES DE FREITAS NUNES

Sob a Orientação da Professora
Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção de grau de **Mestre em
Educação**, no programa de Pós-Graduação
em Educação Agrícola, Área de
Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N972o NUNES, RAQUEL ANTUNES DE FREITAS , 1977-
UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA -
IFMG CAMPUS GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES / RAQUEL ANTUNES DE FREITAS
NUNES. - Seropédica, 2019.
68 f. : il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Extensão. 2. Relação Dialógica. 3. Formação
Profissional. I. Benevenuto, Monica Aparecida Del Rio
, 1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

RAQUEL ANTUNES DE FREITAS NUNES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/07/2019

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Profa. Dra. UFRRJ

Robson Amancio, Prof. Dr. UFRRJ

Marcelo Santos de Souza, Prof. Dr. IFRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas às pessoas que ainda criança, assim como eu, tiveram que trabalhar para ajudar no sustento de seus familiares e que apesar de todos os obstáculos enfrentados na vida não deixaram de lutar por dias melhores e de acreditar que é através da educação que podemos alcançar nossos sonhos.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas infinitas bênçãos que são derramadas sobre mim todos os dias, sem Ele tudo em minha vida torna-se impossível. Tenho certeza de que Deus preparou cada etapa desse mestrado para que eu pudesse concluí-lo com êxito, a minha persistência em meus afazeres revela o desejo de superação de tudo que vivi em minha infância às margens do bairro Vila Bias Fortes, bairro marginalizado na década de 90 na cidade de Itanhomi Minas Gerais, e por acreditar que é através da educação que podemos ir de encontro ao sistema opressor.

Agradeço ao meu esposo Aleksander e ao meu filho Davi que sempre estão do meu lado me dando força, essa conquista é nossa. Aos meus pais, irmãos, familiares e amigos muito obrigada pelo apoio e, por compreenderem minha ausência. Agradeço ao Willerson da Silva que me “obrigou” a participar do processo seletivo para esse mestrado, você me fez acreditar que eu era capaz, e fui mesmo. Aos companheiros João Eustáquio, Fábio Monteiro, Clara Regina Agostini e Daniela Cunha muito obrigada, a força de vocês foi fundamental para o projeto inicial desse trabalho.

À professora Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, minha querida orientadora, não tenho como expressar minha gratidão. Desde o primeiro contato que tivemos tive a certeza de que você era a orientadora de que eu precisava para avançar nessa jornada. Cada ato seu contribuiu para eu chegar até aqui, e a sua vinda a Governador Valadares no dia 30 de novembro de 2017 foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Obrigada por ter recebido minhas mal traçadas linhas e por ter me possibilitado reescrevê-las, tenha certeza de que você é uma legítima educadora. Tenho consciência de que lhe dei muito trabalho, mas ao final acredito que valeu a pena, pelo menos para mim valeu, e muito. Minha eterna gratidão.

Aos professores Robson Amâncio e Marcelo Santos obrigada pela participação na banca e contribuições. Aos professores do PPGEA agradeço pelas árduas viagens até São João Evangelista (SJE) para compartilhar conosco seus conhecimentos, isso, de fato, é acreditar que a educação pode contribuir para uma sociedade melhor. Às professoras Rosa Cristina e Sandra Gregório obrigada pela dedicação ao PPGEA.

Aos colegas de turma de SJE agradeço pelo carinho e receptividade. Hunilson, Renato, Natalina e Deise obrigada por tudo parceiros.

Agradeço aos assistidos da Conferência Santa Clara da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) que me possibilita ser uma pessoa melhor, e a todos que contribuíram para a concretização de mais uma etapa da minha vida, muito obrigada.

RESUMO

NUNES, Raquel Antunes de Freitas. **Um olhar sobre a prática extensionista do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFMG campus Governador Valadares na perspectiva da formação dos estudantes.** 2019. 68f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Esta dissertação apresenta a visão dos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do IFMG campus Governador Valadares sobre a presença da prática extensionista na Instituição e sua contribuição na complementação da formação profissional e humanística deles. A reflexão aqui realizada sobre a prática extensionista está embasada na interação dialógica entre os sujeitos envolvidos nas atividades extensionistas e na sua indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Foi realizada pesquisa quali-quantitativa sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados aplicação de questionário, com perguntas abertas e fechadas, com o coordenador de extensão do campus, com 24 estudantes e 11 professores ligados aos cursos. Foram realizadas também visitas de campo com 3 estudantes do curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária que estavam desenvolvendo projeto de extensão junto à comunidade local. Os dados revelaram a presença da prática extensionista no campus, sendo desenvolvida por meio de projetos de extensão, minicursos, oficinas, feiras de ciências, seminários de iniciação científica, rodas de conversas, visitas técnicas, eventos e cursos de formação inicial e continuada. As atividades extensionistas do campus exercem função significativa junto aos estudantes visto que vêm contribuindo, para o aprimoramento do conhecimento e formação profissional dos mesmos. Revelaram ainda, que os estudantes precisam ser preparados para lidar com uma prática extensionista baseada na relação dialógica buscando a integração entre comunidade acadêmica e a população ao seu entorno. A instituição precisa avançar em relação à extensão universitária, proporcionando a toda comunidade do IFMG momentos de debate e reflexão sobre essa temática em suas variadas formas acadêmicas, realizando o exercício da troca de ideias, posturas e saberes entre seus pares para que todos se beneficiem de sua real finalidade que é o desenvolvimento e aprimoramento integral do conhecimento.

Palavras-chave: Extensão; Relação Dialógica; Formação Profissional.

ABSTRACT

NUNES, Raquel Antunes de Freitas. **A look at the extension practice of the Federal Institute of Education Science and Technology - IFMG Governador Valadares campus from the perspective of student education.** 2019. 68p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This dissertation presents the vision of the students of the Superior Course of Technology in Environmental Management, of the Superior Course of Environmental and Sanitary Engineering and of the Technical Course in Environment integrated to the High School, of the IFMG Campus Governador Valadares on the presence of extensionist practice in the Institution and their contribution in complementing their professional and humanistic training. The reflection carried out here on extensionist practice is based on the dialogical interaction between the subjects involved in extensionist activities and their inseparability between teaching and research. Qualitative research was carried out using questionnaires, with open and closed questions, with the extension coordinator of the campus, with 24 students and 11 teachers connected to the courses. Field visits were also made with 3 students from the Superior course of Environmental and Sanitary Engineering who were developing an extension project with the local community. The data revealed the presence of the extensionist practice on campus, being developed through extension projects, mini-courses, workshops, science fairs, scientific initiation seminars, conversation wheels, technical visits, events and initial and continuing training courses. The extension activities of the campus play a significant role with students since they have been contributing to the improvement of their knowledge and professional training. They also revealed that students need to be prepared to deal with an extensionist practice based on the dialogical relationship seeking the integration between the academic community and the population around them. The institution needs to advance in relation to "university extension", providing the entire IFMG community with moments of debate and reflection on this subject in its various academic forms, carrying out the exchange of ideas, positions and knowledge among its peers so that all benefit from its real purpose that is the development and integral improvement of knowledge.

Keywords: Extension; Dialogical Relationship; Professional qualification.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

CEFET- Centros Federais de Educação Tecnológica

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CNE - Conselho Nacional de Educação

EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

FORPROEXT - Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IN - Instrução Normativa

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEXPAR - Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

SIBRATER - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

TAC - Teoria da Ação Comunicativa

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: IFMG campus Governador Valadares	7
Figura 2: Atividade Extensionista	16
Figura 3: Indissociabilidade	27
Figura 4: Local de realização das atividades de campo	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Analfabetismo	6
Gráfico 2: Local de residência dos estudantes	8
Gráfico 3: Idade estudantes graduação.....	33
Gráfico4: Gênero estudante.....	34
Gráfico 5: Presença de atividade de extensão	39
Gráfico 6: A Extensão na formação do aluno	40
Gráfico 7: Dificuldades e Benefícios das atividades extensionistas	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1	Educação - Direito Social x Desigualdade Social	3
2.2	A Origem do IFMG - campus Governador Valadares e de seus estudantes	7
2.3	A Educação Profissional e o IFMG	11
2.4	O Processo interacionista na extensão	12
2.5	A Extensão Universitária na formação profissional	13
2.6	Extensão rural	18
2.7	A Postura do extensionista rural	21
2.8	Atitudes atuais do extensionista rural	23
2.9	A Extensão no IFMG e no campus Governador Valadares	25
3	METODOLOGIA	31
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	33
4.1	A Prática extensionista pela visão dos estudantes	37
4.2	A Percepção da prática extensionista pelos docentes	42
4.3	A Percepção do coordenador de extensão	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6	REFERÊNCIAS	52
7	APÊNDICES	58
	Apêndice A	59
	Apêndice B	62
	Apêndice C	63
	Apêndice D	65
	Apêndice E	67

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da extensão universitária no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) campus Governador Valadares. O interesse pela extensão universitária se deu uma vez que durante oito anos de atuação como servidora nesse campus foi percebida pouca visibilidade a respeito dessa temática, especialmente no que diz respeito a integração entre comunidade acadêmica e comunidade externa no tocante à implementação de atividades acadêmicas de extensão. Por essa razão, esta pesquisa visou identificar se as práticas extensionistas ocorrem na instituição e de que forma. Como elas são realizadas pelos professores e se há percepção dos estudantes sobre a contribuição dessas práticas em sua formação.

Aqui consideramos que as atividades extensionistas devem ser baseadas em diálogo permanente, e em torno aos problemas sociais locais, pois a partir do momento em que a comunidade acadêmica vivencia a realidade da comunidade local ela tem mais possibilidade de despertar interesse para intervir junto aos anseios dessa comunidade. Para Rodrigues (2013) a Extensão Universitária exerce função significativa junto à sociedade dado que pode desenvolver, juntamente, com a comunidade externa preceitos construídos no âmbito acadêmico, sendo que dessa relação as duas partes são privilegiadas.

A abordagem da prática extensionista dessa pesquisa segue em consonância com a concepção do FORPROEX (2012), de Paulo Freire (2015) e de Bordenave (1983). Ou seja, atrelada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e baseada no diálogo, na troca de saberes, numa perspectiva de que a “extensão é educativa” (FREIRE, 2015, p.20) e “a comunicação faz possível o diálogo e a consulta, facilitando a tomada de decisões” (BORDENAVE, 1983, p.21).

Dada à importância do tema e sua relevância do ponto de vista social e educacional, e considerando que as práticas extensionistas baseadas nas abordagens citadas podem contribuir para o desenvolvimento profissional do estudante, e tendo em vista que a educação profissional ofertada pelo IFMG é mais direcionada para a preparação do aluno para o mercado de trabalho foi se construindo a questão de pesquisa: a Extensão no IFMG campus Governador Valadares contribui para uma educação que possibilite, também, o desenvolvimento profissional e humanístico do estudante?

A resposta para essa questão partiu da abordagem da prática extensionista com o objetivo de identificar pela percepção dos alunos do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do IFMG campus Governador Valadares, se a prática extensionista se faz presente na Instituição e se tem contribuído para sua formação profissional e humanística. Mais especificamente buscamos analisar a concepção de extensão do IFMG campus Governador Valadares e do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio e a construção de sua proposta; citar as práticas extensionistas utilizadas no IFMG campus Governador Valadares; descrever como ocorrem as práticas extensionistas nos cursos acompanhando a realização de atividades extensionistas pelos alunos *in loco*; e registrar a avaliação dos alunos sobre a contribuição, ou não, das atividades extensionistas para seu crescimento pessoal e profissional.

A dissertação está estruturada em duas partes, a primeira embasada em bibliografias relacionadas ao tema extensão universitária com embasamento em estudos sobre o tema extensão universitária e que defendem a sua prática baseada na interação dialógica e na sua

indissociabilidade entre ensino e pesquisa¹. A segunda parte é composta de análise e interpretação dos resultados da pesquisa.

Ao abordar o tema Educação - Direito Social x Desigualdade Social refletimos sobre os objetivos dos quatro pilares da educação, e a educação como direito social ainda não sendo usufruído por todos, principalmente quando se trata da classe menos favorecida. Essa reflexão foi necessária uma vez que atenta sobre a importância de se formar cidadão crítico em busca de uma sociedade mais justa e solidária.

Destacamos a educação profissional que desde o início de sua história atua em prol da formação profissional para, em seguida, abordar a origem do IFMG - campus Governador Valadares e de seus estudantes, ressaltando suas expectativas diante da instituição.

Na reflexão a cerca da temática extensão ressaltamos a importância da interação entre sujeitos para o desenvolvimento do processo da ação extensionista, e em seguida discorremos sobre o papel da Extensão Universitária na formação profissional destacando os percursos das práticas extensionistas e a contribuição do FORPROEX para a extensão universitária. Foi dada atenção especial o contexto da extensão rural e a postura do extensionista rural frente às atividades de extensão considerando a afinidade da área de concentração dos cursos estudados com o referido contexto.

Os dados da pesquisa foram coletados através da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, ao coordenador de extensão do campus a fim de compreender o cenário da extensão no âmbito administrativo, e aos estudantes e professores com o escopo de verificar como ocorrem as práticas extensionistas.

¹ De acordo com PDI do IFMG (2015) a pesquisa básica e aplicada do IFMG é desenvolvida de forma indissociável do ensino, e extensão, buscando solucionar problemas tecnológicos e/ou sociais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação - Direito Social x Desigualdade Social

Não pretendemos aqui defender que a desigualdade social no Brasil é decorrente, exclusivamente, pela falta de acesso à educação, embora as pessoas menos escolarizadas, normalmente, vivem situação econômica menos favorável. A educação, apesar de ser direito de todos, dever do Estado e de exercer um papel fundamental na vida do indivíduo muitos brasileiros não têm acesso a ela.

A palavra educação é citada em diversos artigos da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), lei máxima do nosso país, e é destacada como direito social do cidadão. De acordo com o artigo 6º da CF os direitos sociais são: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

A garantia desses direitos é primordial para a vida do homem, e deve ser assegurada principalmente à população mais carente a fim de possibilitar a ela melhor qualidade de vida. Essa perspectiva é defendida por Morais (2008, p.58) “os direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social”.

Dentre os fatores que contribuem para a desigualdade social, destacamos a disparidade na distribuição de renda visto que,

Um quarto da população vive com renda de até 5,5 dólares por dia que correspondia a uma renda domiciliar per capita de R\$ 387 por mês, o que colocava 25,4% da população brasileira na situação de pobreza em 2016. Cerca de 60% da população considerada pobre pela linha de 5,5 dólares por dia viviam em 2016 sem abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo. (IBGE, 2017)

Essa é uma realidade vivenciada há tempos pela população brasileira, Dubet (2003, p.10) afirma que “não é necessário apresentar dados empíricos detalhados para reconhecer que, em pleno século XXI, estamos distantes de uma sociedade justa e igual”. O investimento em educação pode contribuir para amenizar a desigualdade social. Nesse sentido, Panizzi (2004) destaca que as nações que mais investem em educação superior são exatamente aquelas tidas como as mais desenvolvidas.

A condição econômica desfavorável pode, ainda, colocar o indivíduo em situação de servidão perante a classe dominante constituindo, assim, a figura oprimido e opressor, nesse sentido Freire (2014, p.41) destaca:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

No que se refere à temática da classe oprimida e opressora, Freire (2014) ressalta que enquanto houver expressiva desigualdade social a classe opressora continuará explorando a classe oprimida. E assim o autor destaca que quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. A educação, portanto, pode ser uma forma eficiente para o

desenvolvimento social do indivíduo, principalmente, se desenvolvida de forma a possibilitar a formação libertadora.

No tocante à questão da educação o Relatório da Comissão Internacional sobre educação, enviado à Organização das Nações Unidas - UNESCO destaca que “a educação deve ser organizada em torno de quatro pilares fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo os pilares do conhecimento, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (JAQUES DELORS, 1998, p.89 e 90)

Aprender a conhecer visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como **uma finalidade da vida humana**[....]

Aprender a fazer[....]está mais estreitamente **ligada à questão da formação profissional**: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução?[....]

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros sem dúvida, esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos **maiores desafios da educação**[....]

Aprender a ser[....] a educação **deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa**- espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (DELORS, 1998, p. 90 a 99, **GRIFOS NOSSOS**)

A respeito do Relatório de Jacques Delors, Romão (2000) destaca que o mesmo, ao se referir ao conhecimento, se concentra no verbo “aprender” distanciando-se da referência do conhecimento de forma a “ensinar” defendido por Morin (2000 apud Romão) e Freire (1997 apud Romão). Assim, ressalta que o Relatório de Jacques Delors parece querer resgatar os fundamentos da “educação bancária” quando se centra nas categorias do aprender em detrimento do ensinar.

Considerando essa perspectiva, surge a questão de que os quatros pilares da educação não teriam o objetivo principal de formar indivíduo multifuncional para atender a Teoria do Capital Humano²? Concordamos com Gadotti (2000) ser inconcebível a educação ter a pretensão de formar indivíduo apenas para atender às expectativas dos empregadores, ou seja, do mercado de trabalho, visto que

o conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da empresa transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é

² De acordo com Frigotto (2006, p.67) a educação baseada na Teoria do Capital humano passa a ser determinada “Pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho do humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado”.

básico para a sobrevivência de todos. Por isso ele não deve ser vendido ou comprado, mas disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento, apoiados nos avanços tecnológicos. Esperamos que a educação do futuro seja mais democrática, menos excludente. (GADOTTI, 2000, p.9)

A escola deve possibilitar a educação integral de modo que contribua para o crescimento do cidadão (GADOTTI, 2000). Nesse sentido, a educação ofertada pelos Institutos Federais necessita ser complementada posto que ela possibilita, mais especificamente, o preparo do indivíduo para o mercado de trabalho. De acordo com Gramsci a preparação profissional deve formar o jovem como pessoa “[...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige”. (GRAMSCI, 1977, p. 1547 apud DORE).

Nesse mesmo sentido, Maturana (1998, p.12) destaca que

hoje, os estudantes se encontram no dilema de escolher entre o que deles se pede, que é preparar-se para competir no mercado profissional, e o ímpeto de sua empatia social, que os leva a desejar mudar uma ordem políticocultural geradora de excessivas desigualdades, que trazem pobreza e sofrimento material e espiritual.

A educação ofertada pelos Institutos Federais precisa ser complementada, ou seja, ser mais humanistas. De acordo com Dore (2008) Gramsci entende por escola humanista aquela voltada ao desenvolvimento “[...] em cada indivíduo humano da cultura geral [...] o poder fundamental de pensar e de saber dirigir-se na vida”. (GRAMSCI, 1977, p. 1530 apud DORE).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG “tem como finalidade formar e qualificar profissionais de nível técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação nas diferentes modalidades, em qualquer área dos vários segmentos e setores da economia, **em estreita articulação com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho**” (PPC - TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL, 2014, p.7, **grifos nosso**).

Nesse sentido, a extensão universitária por meio das práticas de atividades extensionistas pode exercer função libertadora, pois elas podem contribuir para que o IFMG campus Governador Valadares cumpra com a missão de “Educar e qualificar pessoas para serem cidadãos(ãs) críticos(as), criativos(as), responsáveis e capazes de atuar na transformação da sociedade” (PPC, 2014, p.6 e 7).

Entendemos, como Freire, que a educação por meio do diálogo é primordial para que, de fato, o indivíduo liberte a si e os outros para que ocorra um novo agir, pois ela pode possibilitar uma consciência crítica, percebendo que “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade” (FREIRE, 2014, p.73).

Nessa direção, Gadotti, Freire e Guimarães (2008) declaram que “o ato político para mim, para nós, é vencer as classes dominantes” (FREIRE, 2008, p.33). A expressão “vencer as classes dominantes”, nesse caso, necessita de um entendimento voltado para a libertação. É através da educação libertadora que as adversidades poderão ser amenizadas, pois por meio dela o indivíduo pode desenvolver socialmente e economicamente. Nesse sentido, Freire (2014, p.73) diz que “é preciso que criemos nos homens oprimidos que os vejamos como capazes de pensar certo também”.

Para isso, a educação necessita de fato ser prioridade governamental. Nessa linha de raciocínio, Gadotti (2008, p.110) relata que “educação e cultura não são prioridades

governamentais porque elas são empecilhos para a manutenção da dominação”. Essa visão precisa ser abolida para que surja um sistema educacional brasileiro baseado no ideário libertador e inclusivo, que possibilite a extinção da figura do oprimido.

Pensamos que a devida execução das demandas relacionadas à educação pode ser um instrumento valioso para amenizar a desigualdade social no Brasil visto que ela exerce papel fundamental na vida do indivíduo.

Os dados abaixo não deveriam imperar em um país em que a educação é garantia constitucional.



Gráfico 1: Taxa de Analfabetismo

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaborado pela pesquisadora.

Conforme destacado por Gadotti (2000, p.5), “O acesso ao conhecimento é ainda muito precário, sobretudo em sociedades com grande atraso educacional como a nossa”. Dados do IBGE (2017) comprovam que significativa parcela da população ainda não tem acesso ao conhecimento visto que existem 11,5 milhões de brasileiros analfabetos. A educação, base para o desenvolvimento da sociedade, embora seja uma garantia constitucional expressivo número de indivíduo é excluído desse direito social.

Além da expressa garantia constitucional no que tange à educação como um direito social, o artigo 205 da Constituição Federal avoca a efetiva participação dos cidadãos na temática educação ao estabelecer que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A família tem o dever de lutar em prol de uma educação que seja libertadora e capaz de contribuir para o desenvolvimento profissional do indivíduo, assumir nossas obrigações é tão importante quanto lutar pelos nossos direitos.

Nessa direção, os IFs foram criados com uma proposta de educação escolar transformadora já que “entendem a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana” (PACHECO, 2011, p.17).

De tal modo, o modelo de educação apresentado pelos IFs atrelado às práticas de atividades extensionistas pode ser um dos meios utilizados para amenizar a desigualdade

social local, possibilitando, assim, uma formação profissional com ênfase em uma educação humanística e em defesa de uma sociedade mais democrática e igualitária.

2.2 A Origem do IFMG - campus Governador Valadares e de seus estudantes

O IFMG campus Governador Valadares é a primeira Instituição Pública Federal a ser instalada nesta cidade. Ele originou-se da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para “ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vista na atuação profissional nos diversos setores da economia visando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008).

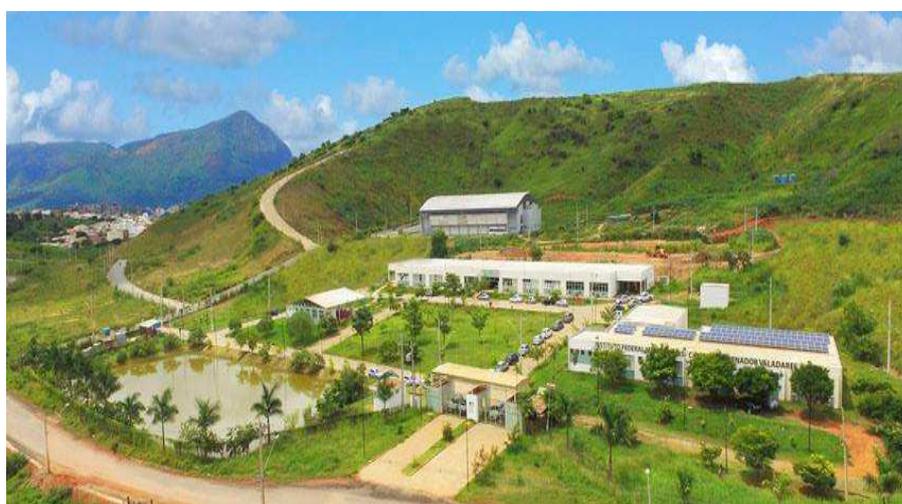


Figura 1: IFMG campus Governador Valadares

Fonte: Arquivo IFMG

Nesse sentido, os cursos implantados em cada região levam em consideração as necessidades específicas de sua localidade visando à preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho (PDI, 2015).

As atividades do campus Governador Valadares iniciaram-se em abril de 2010 com o curso Técnico subsequente em Segurança do Trabalho, Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Engenharia de Produção. Posteriormente, com a inauguração da sede oficial, em 2012, o campus passou a ofertar os Cursos Técnicos em Meio Ambiente e Segurança do trabalho, ambos integrados ao Ensino Médio.

Após 5 (cinco) anos do início de suas atividades o campus já contava com o curso de Especialização *lato sensu* de Engenharia de Segurança do Trabalho, e dando continuidade ao Plano de Desenvolvimento Institucional foi implantado em 2017 dois novos cursos, o Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio e o Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária, e posteriormente, em 2018, o curso Bacharelado em Engenharia Civil.

Assim, no decorrer de cada ano, o IFMG *campus* Governador Valadares recebe centenas de novos estudantes nos diversos cursos ofertados na Instituição. Atualmente o campus possui 1073 estudantes ativos, ou seja, regularmente matriculados. Com isso, a cidade a cada ano ganha novos habitantes, por meio do gráfico 2 é possível identificar que boa parte dos estudantes não residia em Governador Valadares no momento da matrícula.

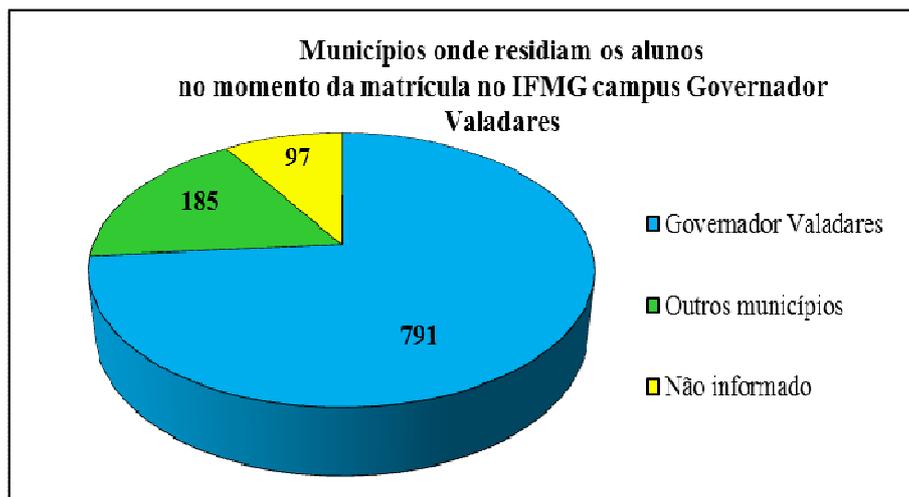


Gráfico 2: Local de residência dos estudantes

Fonte: Sistema de Registro acadêmico – IFMG campus Governador Valadares. Elaborado pela pesquisadora

Um número expressivo de pessoas se deslocou de outras regiões em virtude da aprovação no vestibular do IFMG campus Governador Valadares, 185 estudantes passaram residir aqui. Diversos fatores contribuem na escolha dessa instituição de ensino, a oferta do curso almejado pelo candidato e o fato de a Instituição ser Pública Federal e com ensino de qualidade são uns desses fatores.

Os relatos abaixo extraídos do site do IFMG campus Governador Valadares corroboram essa ideia.

Nascido em Vinhedo, São Paulo, e criado na cidade mineira de Águas Formosas - a 300 km de Governador Valadares – o jovem I.A.M, acaba de se matricular na área que sempre desejou: **Engenharia de Produção**. “Eu estava cursando Ciência e Tecnologia de Alimentos no IFES – *Campus Venda Nova do Imigrante*. Porém, como é bem distante da minha cidade [cerca de 600 km] e minha família está por aqui [região Leste], resolvi fazer minha inscrição no IFMG-GV e acabei conseguindo”, comemora. O estudante, que ingressou via nota do Enem, veio acompanhado da mãe e declara que “a expectativa com o curso e o Instituto é alta”. “Eu espero o melhor daqui, o IFMG-GV é muito bem falado. Quero sair bem formado levando mais do que uma boa base. Espero que dê tudo certo”, conclui (BRASIL, 2017 **GRIFOS NOSSOS**).

Matriculado no curso superior de **Tecnologia em Gestão Ambiental** pelo Sistema de Seleção Unificado (Sisu), G.S.R. já experimentou a qualidade da formação ofertada pelo IFMG-GV. Ele foi aluno do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente e explica porque apostou na instituição novamente. “A qualidade do ensino aqui é muito boa, com professores que têm uma formação excelente; acredito que isso possa me ajudar a crescer profissionalmente. Além do fato de residir na cidade, o curso me interessa pela curta duração [dois anos] e pelo tipo de preparação para o mercado de trabalho. Minha expectativa é alta” (BRASIL, 2017 **GRIFOS NOSSOS**).

G.A. está entre os aprovados no curso **Técnico Integrado em Segurança do Trabalho**. “Achei aqui bem grande, bonito, nunca tinha tido essa experiência”, comentou entusiasmado referindo-se à oportunidade de estudar num *campus*. O jovem revela o que almeja profissionalmente. “Daqui a três

anos eu vou fazer vestibular/Enem para passar em Medicina. Esse é o curso que eu quero” (BRASIL, 2018, **GRIFOS NOSSOS**).

Quem também comemora o ingresso no IFMG é B. A. caloura do **curso Técnico Integrado em Meio Ambiente** “Tô feliz porque passei. Era uma expectativa minha estudar o Ensino Médio aqui. Tô animada! Já coloquei na minha cabeça que aqui vou ter de estudar bastante”, pontua a estudante que quer seguir carreira no Direito (BRASIL, 2018, **GRIFOS NOSSOS**).

Da cidade de Aimorés, a 166 km de Governador Valadares, virá cursar o curso **Técnico Integrado em Edificações** a jovem J. M. Acompanhada dos pais, declarou estar animada com a instituição e a nova vida na cidade onde possui conhecidos e familiares. “Conheci o *campus* no dia da prova do vestibular. Gostei muito; tudo chamou minha atenção. O olhinho já brilha, muito bacana! Eu acredito que vai ser muito bom estudar aqui”. Indagada sobre que carreira pretende seguir, respondeu: Engenharia ou Arquitetura, dando sinais do porquê de ter escolhido a formação técnica integrada (BRASIL, 2018, **GRIFOS NOSSOS**).

G. H. fez opção pelo curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho para se qualificar e melhorar suas chances no mercado de trabalho. “É um curso que agrega muito ao currículo, né? E também é uma área que apresenta um campo de trabalho bom, muitas empresas necessitam desse profissional”, avalia (BRASIL, 2018, **GRIFOS NOSSOS**).

Os irmãos V e V de Dom Cavati, cidade a 60 km de Governador Valadares, chegam animados para cursarem os cursos técnicos Integrado em **Edificações e Meio Ambiente**. Os pais, A e M eram só sorriso pela aprovação dos filhos em uma instituição federal. Questionados sobre o porquê da mudança de escola dos filhos, de pronto M. respondeu: “Pela qualidade, né?”. A mãe destacou o leque de oportunidades que a formação no Instituto poderá proporcionar aos filhos no futuro. “A formação aqui vai ajudá-los a ingressar numa boa faculdade pública, o que é muito bom, pois não teríamos condições de pagar uma particular (BRASIL, 2019, **GRIFOS NOSSOS**).

Outros fatores podem contribuir para essa escolha visto que o IFMG

é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológico com a sua prática pedagógica, tendo a oferta do ensino verticalizada buscando a otimização dos recursos humanos (PDI - IFMG, 2015, p.38).

Os IFs têm por finalidade e características “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”. Isso é um ganho para o aluno já que ele pode avançar em seus estudos na instituição até a Especialização *lato sensu*, e isso já é *uma realidade no IFMG campus Governador Valadares desde 2015*.

Retomando a reflexão apresentada no tópico **Educação - Direito Social x Desigualdade Social** é pertinente analisar a renda per capita da população de Governador Valadares e a renda dos estudantes do IFMG campus Governador Valadares a fim de

constatar se há presença da classe menos favorecida desfrutando da educação ofertada nesse campus.

A população de Governador Valadares, atualmente, é de aproximadamente 281 mil pessoas, os dados apresentados abaixo são baseados no censo de 2010 cuja população era de 263.689 pessoas.

Tabela 1 Trabalho x Rendimentos

Relação trabalho e rendimentos da população valadarense	
População – Ano 2010	263.689 pessoas
População Ocupada – Ano 2015	69,834 (25,1%)
Salário médio mensal (Trabalhadores formais) - Ano 2015	2 salários mínimos
Domicílios com rendimentos mensais até ½ salário mínimo por pessoa – Ano 2010	35,3% da população

Fonte: IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Adaptado pela pesquisadora.

Conforme apresentado, das 69.834 pessoas ocupadas em 2015 a média salarial mensal era de 2 salários-mínimos. Mas se observarmos o total da população 263.689 pessoas, 35,3% tinham um rendimento mensal de até ½ (meio) salário mínimo per capita. Ou seja, aproximadamente 93.083 (noventa e três mil oitenta e três) pessoas viviam em 2010 com apenas meio salário mínimo por mês. Tal fato evidencia que parcela expressiva da população de Governador Valadares, provavelmente, não deve ter acesso aos seus direitos sociais dado que ½ (meio) salário mínimo é insuficiente para suprir as necessidades com educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, segurança, e outros.

No que se refere à renda per capita dos estudantes do campus Governador Valadares, dados extraídos do registro acadêmico por meio da Plataforma Nilo Peçanha, aproximadamente 21% dos estudantes possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Isto posto, é possível inferir que há uma pequena presença da classe menos favorecida da população Valadarense usufruindo da educação ofertada por esse campus.

Diante disso, o IFMG campus Governador Valadares deve atentar para que cada vez mais essa população se aproprie dos benefícios dessa instituição e marque presença no quantitativo dos estudantes. Como diz Pazanni (2004) é preciso abrir a universidade pública para a população carente de recursos financeiros.

O IFMG, assim como os outros Institutos Federais, se dedica ao conhecimento visando o preparo do indivíduo para o atual mercado de trabalho tecnológico. Embora essa espécie de formação seja necessária, é preciso ter um novo olhar sobre essa educação ofertada pelos IFs. Eles devem possibilitar, também, a formação humanística do aluno, que enquanto cidadãos atuem em favor de um país mais justo e igualitário.

Nesse sentido, as ações extensionistas podem exercer um papel fundamental frente ao cenário de desigualdade social vez que “as atividades de extensão devem ter como objeto prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados” (SANTOS, 2011, p.74). Ainda afirmando o apresentado, a “extensão é a prática acadêmica que procura interligar as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, de modo a contribuir para a formação de profissionais cidadãos e para a produção e a difusão do conhecimento para a superação das desigualdades sociais”. (PDI 2015, p. 216).

Nessa sequencia, a extensão enquanto processo educativo pode por meio das práticas de atividades extensionistas baseada no diálogo, na troca de saberes e atrelada ao ensino e à pesquisa contribuir para que o IFMG campus Governador Valadares complemente o tipo de formação que é dada aos seus estudantes.

2.3 A Educação Profissional e o IFMG

Não pretendemos aqui delinear os períodos históricos da educação profissional, mas destacar que o ensino profissional e tecnológico do século XXI visa “formar e qualificar profissionais de nível técnico, tecnológico e superior nas diferentes modalidades, em qualquer área dos vários segmentos e setores da economia, em estreita articulação com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho” (PPC – TÉCNICO INTEGRADO EM MEIO AMBIENTE, 2012, p.9).

De acordo com Kenski (2012, p.19) “desde o início da civilização, todas as eras correspondem ao predomínio de um determinado tipo de tecnologia. Todas as eras foram, portanto, cada uma à sua maneira, eras Tecnológicas”. E atualmente as instituições federais responsáveis em ofertar educação tecnológica visam atender às exigências do atual mundo tecnológico.

Desde o início da história da civilização existiu a formação de mão de obra, sendo os índios e os escravos os primeiros a receberem uma espécie de ensinamento para executarem as tarefas que eram designadas a eles, ou seja, naquela época de certa forma já existia a formação do trabalhador (Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. MEC, 2009).

Nesse aspecto, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p.68 apud Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação 2009, p.01). De tal modo, “a educação no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista, com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias” (MOURA, 2010, p.61/62 apud AUSANI; POMMER, 2015).

Tendo em vista que hoje a educação profissional e tecnológica é ofertada para qualificar mão de obra e atender às exigências do mercado de trabalho, fato que precisa ser complementado, diversas camadas da sociedade usufruem desse modelo de educação, diferente daquela época em que ela era voltada apenas às classes desprovidas de recursos, e de forma assistencialista.

Nesse sentido, foram surgindo novas instituições federais voltadas para a formação profissional. Confirmando essa ideia,

no Brasil, a abertura de cursos de tecnologia pavimentou o caminho da transformação das instituições de ensino técnico e médio em instituições de educação superior, possibilitando a diversificação da educação superior, principalmente a pública federal. As instituições federais de educação superior agora não são, exclusivamente, as universidades de pesquisa, mas contam com outros modelos que oferecem, prioritariamente, a formação profissional através de cursos tecnológicos. (OTRANTO, 2010, p.103)

O IFMG é um desses modelos de instituição federal que ofertam educação tecnológica para a formação profissional. As instituições federais de educação hoje são compostas por uma rede federal de ensino que engloba Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia - IFs; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

No que se referem aos Institutos Federais eles foram implantados em diversos estados brasileiros. Em Minas Gerais, por exemplo, o IF foi implantado no Norte, no Sul, no Triângulo Mineiro e no Sudeste. Sendo que o Instituto Federal de Minas Gerais -IFMG nasceu da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista.

A partir dessa integração, novos *campi* foram surgindo, e atualmente o IFMG possui *campi* nas seguintes cidades: Arcos, Betim, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, Itabirito, Ouro Branco, Ouro Preto, Piumhi, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Ibité, todos esses *campi* estão vinculados à Reitoria que se encontra instalada em Belo Horizonte.

O IFMG, desde o início de sua implantação, visa à expansão de seus cursos para que possa qualificar, cada vez mais, o maior número de pessoas. Através do seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - IFMG (2015) é possível confirmar essa política, nele está estabelecido o plano de expansão de seus cursos com vista a responder à demanda local com adaptações de soluções tecnológicas para o seu desenvolvimento.

De acordo com Filho (2015, p.419) “é papel da educação formar o homem e a mulher para transitar no mundo do trabalho, levando-o a compreender, interpretar e a interferir ativamente em sua sociedade”. Nesse sentido, a educação profissional ofertada pelo IFMG necessita ser complementada, ou seja, é preciso formar profissionais com uma visão humanística para atuar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse ponto entendemos que a extensão pode contribuir, e muito, para uma educação libertadora.

2.4 O Processo interacionista na extensão

Na reflexão a cerca da temática extensão é importante destacar que a interação entre sujeitos é essencial para o desenvolvimento do processo da ação extensionista visto que o ser humano se desenvolve por meio da interação, ele constrói seu conhecimento mediante o convívio que tem com o sujeito e o meio em que vive. Essa relação é conhecida como construtivismo interacionista. (PIAGET, *apud* RUAS *et al.*, 2006).

A extensão quando utiliza os fundamentos do construtivismo contribui para que os envolvidos nessa prática reconheçam que a troca de saberes, científico ou empírico, contribuem para aprimorar seus conhecimentos. Essa é a perspectiva de Ruas *et al.* (2006, p. 14 e 15) ao afirmarem que “A prática extensionista fundamentada no construtivismo terá então como ponto de partida os conhecimentos prévios já construídos no processo histórico social e como ponto de chegada os conhecimentos ressignificados pelos atores do processo de aprendizagem”.

Os autores ainda destacam que

o construtivismo tem como base o fato de que a aprendizagem é uma constante procura do significado das coisas. Portanto, aprender, bem como ensinar, significam construir um novo conhecimento, descobrir nova forma para significar algo, baseado-se em experiências e conhecimentos existentes. Ao reconstruir o conhecimento existente, o sujeito estabelece relações significativas entre o novo conhecimento e a realidade em que está inserido (RUAS *et al.*, 2006, p. 14).

Seguindo as ideias desses autores compreendemos que os sujeitos envolvidos na ação extensionista, mediante uma interação uns com os outros, estão constantemente construindo e compartilhando conhecimentos, seja mediante saberes prático ou técnico. O conhecimento quando não é compartilhado perde a sua essência, esse é o ponto de vista de Piaget ao declarar que "O conhecimento humano é essencialmente coletivo, e a vida social constitui um dos fatores essenciais da formação e do crescimento dos conhecimentos [...]" (PIAGET, 1973 p.17, apud SCHLEMMER, 2001 p.2). Nesse sentido, a atual prática extensionista requer, cada vez mais, sujeitos que adotem o processo interacionista em suas atividades. Dessa forma, através da concepção de extensão e da metodologia adotada na ação extensionista é possível reconhecer a presença, ou não, desse processo.

2.5 A Extensão Universitária na formação profissional

A universidade precede a extensão universitária, ela surgiu no século XII e por longo período adotou a transmissão do conhecimento com a finalidade de formar e reproduzir quadros dirigentes (RIBEIRO; VALENTIM, 2017). O conhecimento era tido como unilateral, ou seja, somente a escola era a detentora do saber. Saber esse que não podia ser questionado ou complementado pelos partícipes.

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, denominado estatuto das universidades brasileiras é um dos primeiros documentos regulatórios da educação superior no Brasil. O Conselho Nacional de Educação – CNE e a Organização da Universidade do Rio de Janeiro também fazem parte dos primeiros históricos do ensino superior brasileiro:

A educação superior brasileira tem como um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa o decreto-lei n. 19.851, promulgado em 11 de abril de 1931, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. O decreto-lei recebeu a denominação Estatuto das universidades brasileiras. Na mesma data, foram baixados mais dois decretos-lei: o n. 19.850, que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o n. 19.852, que tratava da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). (ROTHEN, 2007, p.143)

No que se refere o termo extensão universitária Ribeiro e Valentim (2017) relata que ela surgiu pela primeira vez na Inglaterra, após a Revolução Industrial, para atender as reivindicações daqueles que não usufruíam diretamente dos benefícios ofertados pela universidade.

Para Rocha a história da Extensão Universitária

está ligada à origem das Universidades europeias, caracterizando-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes (Rocha, 2002) e apontando para uma atividade pensada para redimir a Universidade do seu distanciamento de um determinado grupo social que não tinha acesso a ela. (ROCHA, 2002, apud CASTRO, p. 4)

No Brasil a prática da extensão universitária surgiu no início do século XX, sendo que suas primeiras experiências ocorreram em 1911 na antiga Universidade de São Paulo (RIBEIRO; VALENTIM 2017).

Conforme descrito no Decreto nº 19.851/31, inicialmente a extensão universitária era ofertada na modalidade de curso "destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais".

De acordo com Dias (2017) atualmente a extensão universitária pode se dar por meio de cursos, palestras, oficinas, projetos de ação comunitária, publicações, prestação de serviços, consultorias, assistência técnica e outros. Para o autor essas espécies de ações extensionistas tem relação com o tipo de atividades extensionista que a universidade estabeleceu em sua localidade.

A abordagem da extensão universitária para Dias (2017) pode se dar nos seguintes aspectos: a) missionária, filantrópica e cultural; b) profissionalizante; c) assistencialista; d) mercantilista; e) popular ou emancipatória. O autor enfatiza que as características dessas abordagens têm a ver com a questão da relevância social da ação extensionista em diferentes momentos históricos.

Para ele as abordagens missionária, filantrópica e cultural, e a profissionalizante se complementam estabelecendo fundamentos conceituais da extensão como processo de disseminação de conhecimentos científicos. Em sua visão a abordagem assistencialista pode ser entendida como uma estratégia de dominação política conservadora cuja essência é a ocultação das privações e das desigualdades de acesso a recursos como produto estrutural da sociedade capitalista.

Já na abordagem mercantilista, o autor enfatiza que a extensão universitária se dá exatamente pela mercantilização de serviços e produtos para os setores da sociedade, mais especificamente para a classe empresarial. Por fim, ressalta que a extensão universitária pautada na abordagem popular ou emancipatória tem por objetivo uma intervenção transformadora, humanística negando a pura transmissão de conhecimento e o assistencialismo. Destaca, ainda, que na abordagem popular ou emancipatória a extensão universitária tem uma relação com a sociedade.

No que se refere às práticas extensionistas o posicionamento inicial da escola, única detentora do saber, de certa forma influenciou na forma de executar as atividades extensionistas dado que o ensinamento era por meio da transmissão do conhecimento, o que contribuiu para uma prática extensionista autoritária, ou seja, determinada por uma das partes envolvidas na atividade extensionista, neste caso pelo extensionista.

No que tange à extensão universitária brasileira destacamos o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, que define a mesma como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15) e apresenta a Interação dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social como diretrizes para orientar as ações de extensão universitária (FORPROEX, 2012).

Com a instituição do FORPROEX a história da extensão universitária no Brasil, a partir de 1987, começou a ganhar um novo horizonte, passou “a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais” (FORPROEX, 2012, p.7).

A função do FORPROEX é apresentar às Universidades Públicas e à sociedade brasileira uma política nacional de extensão universitária que possibilite às Universidades Públicas serem mecanismos de mudança social em busca de justiça, solidariedade e democracia (FORPROEX, 2012). A universidade quando adota a prática da extensão amplia o conhecimento acadêmico e popular. Esse é o entendimento do FORPROEX em relação à extensão:

[...] a extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à

reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade [...] (FORPROEX, 1987, apud FORPROEX, 2012, p.8)

O FORPROEXT considera Programa, Projeto, Desenvolvimento Tecnológico, Projetos Sociais, Estágio e Emprego, Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada – FIC, Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos, Visitas Técnicas, Empreendedorismo e Associativismo e Acompanhamento de egressos como atividades de extensão universitária. (FORPROEXT, 2012, p.15, 16, 17) e ressalta que “as ações de extensão serão desenvolvidas a partir de programas e projetos e atividades de extensão e estas são inerentes às dimensões da extensão tecnológica”. Classifica as ações de extensão em:

Programa - conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, envolvendo a participação de discentes.

Projetos - conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa, envolvendo a participação de discentes.

Curso - ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos.

Cursos Livres de Extensão - cursos com carga horária mínima de 8 horas e inferior a 40 horas.

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) - também denominados Cursos de Qualificação Profissional. Esses cursos podem se apresentar de duas formas:

a) Formação Inicial - voltado para estudantes que buscam qualificação, possuem carga horária igual ou superior a 160 horas;

b) Formação Continuada - voltado para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área, e buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos, possuindo carga horária mínima de 40 horas.

Evento – ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, com o envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição.

Prestação de Serviços - conjunto de ações tais como consultorias, laudos técnicos, e assessorias, vinculadas às áreas de atuação da instituição, que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais. (FORPROEXT, 2012, p.15, 16 e 17).

A relação universidade e sociedade são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento Gonzatti; Dullius e Quartieri (2013, p.230) consideram que a “extensão é um processo de aprendizagem e de socialização do conhecimento, que ocorre por meio da interação e do diálogo entre universidade e a comunidade”. É essa prática extensionista que defendemos, pois são ações educativas que visam à formação crítica e atuante do profissional cidadão perante a realidade social vivenciada.

A figura 2 sintetiza a prática extensionista baseada no diálogo.



Figura 2: Atividade Extensionista

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Na relação de troca de saberes quando o conhecimento técnico-científico e o saber popular são compartilhados contribuem para a evolução do conhecimento das partes envolvidas na prática extensionista, pois possibilita uma conexão de conhecimentos que podem auxiliar na formação humanística e profissional dos sujeitos envolvidos na atividade extensionista. Esse é o ponto de vista de Freire “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 2015, p.42).

Nesse mesmo sentido Freire ressalta que

o diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação (FREIRE, 2015, p.70)

Nesse seguimento, a participação dos estudantes para além das salas de aulas e laboratórios, e a relação dialógica com a comunidade contribuem para a formação integral do profissional cidadão, essa visão é apresentada pelo FORPROEX ao estabelecer que “sala de aula são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re) constrói o processo histórico social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico ‘estudante-professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante-professor-comunidade’” (FORPROEX, 2012, p.18).

De forma semelhante Bordenave (1983) ressalta que no âmbito escolar os estudantes podem compartilhar os seus conhecimentos técnicos, todos os seus saberes, para juntamente

com outros indivíduos, que também tem seus conhecimentos e saberes, fazerem uma reflexão da realidade vivenciada. Portanto, é impraticável a escola discutir ou propor qualquer trabalho de intervenção junto a seus estudantes ou comunidade externa se o problema vivenciado não tiver significância para as partes envolvidas. É como Bordenave (1983) destaca, não tem como exigir que o indivíduo beba somente água filtrada se ele não conhece a finalidade de um filtro de água. É preciso dialogar com esse indivíduo sobre os riscos de consumir água sem filtrar.

Sem diálogo torna-se impossível a compreensão, o diálogo possui ação esclarecedora sobre o sujeito. De forma análoga Freire (1967, p.107) destaca que o diálogo

nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

A ausência da interação dialógica impossibilita a universidade tomar consciência dos problemas sociais que assolam aquela sociedade. É preciso inserir na comunidade para conhecer seus anseios, é necessário que comunidade acadêmica e comunidade externa interajam em prol do bem comum. Não cabe à universidade levar o conhecimento, cabe a ela construir o conhecimento juntamente com a comunidade para que esta se desenvolva.

Nessa acepção Oliveira e Garcia destacam que:

a ideia de se construir um compartilhamento democrático entre o conhecimento acadêmico e o popular deve ser considerada, para que se possam harmonizar definitivamente as ações promovidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão universitária, obtendo o resultado esperado, no sentido de promover uma formação sólida, criativa e humanística. (OLIVEIRA E GARCIA, 2011 apud GARCIA; BOHN; ARAÚJO, 2013, p.176).

A prática extensionista, como elemento do processo educacional, e o modo pelo qual a escola se relaciona com a comunidade local pode contribuir na formação do profissional cidadão, em fim, o exercício da prática extensionista colabora, e muito, para a aprendizagem. Essa visão é defendida por Garcia; Bohn e Araújo (2013, p.181) “o acadêmico que participa de ações de extensão universitária é mais flexível ao diálogo e é nesse diálogo que se fazem as relações com a vida profissional. Ser profissional é, antes de tudo estar atento a mudanças, estar preparado para o enfrentamento do cotidiano”.

Nesse sentido, a participação ativa entre comunidade escolar e comunidade externa baseada na interação pode viabilizar troca de saberes com possibilidade de enriquecimento para os envolvidos na prática extensionista podendo inclusive ser um meio eficaz para solucionar, ou pelo menos, amenizar os problemas vivenciados pela comunidade externa. A comunidade acadêmica, por meio de suas atividades extensionistas, contribui para o bem social, e ao mesmo tempo dá um retorno à sociedade na medida em que a comunidade externa passa a usufruir dos seus benefícios.

Essas atividades, ainda, permitem ao estudante decidir conflitos de forma coletiva, desenvolvendo assim o espírito colaborativo e interpessoal, requisitos essenciais para a atual sociedade (COSTA; BAIOTTO; GARCES, 2013), tudo isso reforçou a importância da realização dessa pesquisa.

No que tange à interação por meio do diálogo, Gutierrez e Almeida (2013, p.153) fazem referência à Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Habermas e cita que

essa teoria é uma explicação abrangente das relações entre os seres humanos, visando a sua compreensão a partir da utilização de um modelo explicativo específico. É uma teoria que se fundamenta no conceito de ação, entendida como a capacidade que os sujeitos sociais têm de interagirem intra e entre grupos, perseguindo racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação.

Nessa mesma direção, Samborski, Silveira e Mikoski, (2017) destaca que o conceito de agir comunicativo que é aquele que embasa toda a TAC e

refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações (HABERMAS, 2012a, p.166 apud SAMBORSKI; SILVEIRA; MIKOSKI, 2017, p.16).

Os autores concluem que “se for aceito que a necessidade de se entender com os outros é um imperativo, a abordagem da pragmática da linguagem e a intenção reconstrutiva da Teoria da Ação Comunicativa oferece possibilidades para a melhoria da comunicação na ação extensionista” (SAMBORSKI; SILVEIRA; MIKOSKI, 2017, p. 24).

A prática extensionista para ser válida, se realiza na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica, é preciso levar em consideração a visão cultural e as crenças dos capacitandos. Ou seja, o extensionista deve iniciar no nível em que os capacitandos se encontram, e não daquele em que o extensionista julgue que eles deveriam estar. A capacitação técnica deve constituir-se como processo que é objeto de reflexão, reflexão que os façam descobrir todo o conjunto de relações em que se acha envolvida a sua capacitação. O sujeito que é visto pelo extensionista apenas como receptor de técnicas úteis possui conhecimentos empíricos apreciáveis em torno de questões fundamentais da prática extensionista (FREIRE, 2015).

2.6 Extensão rural

No contexto da extensão rural Fonseca Júnior *et al* (2009) destacam a contradição do difusionismo com as ideias de Freire (2015). Isso se deve ao fato de o difusionismo basear na transmissão de mensagens, partindo de uma relação verticalizada onde o agricultor é mero receptor de informações. Esse modelo é oposto ao que Freire (2015) defende visto que para esse autor na relação extensionista o diálogo é essencial para que ocorra a troca de saberes entre os sujeitos. O período que ocorreu a modernização do campo também ficou conhecida como a era do “difusionismo”, pois tinha o propósito de difundir os pacotes tecnológicos (RUAS *et al.* 2006).

A fim de compreendermos um pouco a história da extensão rural é importante abordar o contexto histórico de cada período. Ruas *et al.* (2006) apresentam esses contextos de acordo com o processo de desenvolvimento rural, ocorrido no Brasil, a saber:

Com a retomada dos Estados Unidos, no final da segunda guerra mundial, ao seu modelo de crescimento econômico capitalista baseado na expansão do mercado apoiado no aumento das exportações de produtos para os países em desenvolvimento resultou que o Brasil, naquela época, direcionou sua economia para o aumento da produção e da produtividade agrícolas. Com isso, ocorreu a aceleração do processo de modernização da agricultura e urbanização brasileira, o que oportunizou a expansão das atividades

agroindustriais dependentes de inovações tecnológicas e de matérias primas produzidos pela indústria.

Nesse contexto, em 1948 no Estado de Minas Gerais, criou-se a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, hoje conhecida como EMATER. Seu objetivo era oferecer crédito rural supervisionado para a família do produtor rural, nessa época, a ACAR e o técnico de assistência técnica decidiam em que atividades aplicariam os recursos financeiros. Normalmente esse crédito rural era direcionado às técnicas de produção, reformas das moradias, obras de saneamentos, compras de maquinários e outros.

A ação extensionista, até 1952, manteve-se nesse formato creditício. Após a primeira avaliação dos serviços ofertados pela ACAR observou-se a necessidade de a ação extensionista ser considerada como um processo educativo e que fosse capaz de possibilitar conhecimentos e habilidades para os produtores, e o crédito rural ser direcionado para as orientações técnicas.

Com o objetivo de os produtores rurais se adequarem à modernização da agricultura iniciou-se um trabalho com a juventude rural visando à formação de futuros agricultores, e ao mesmo tempo esses jovens eram instruídos para serem propagadores das inovações tecnológicas, buscando assim, influenciar os produtores rurais a adotarem as novas tecnológicas na agricultura. Ocorre que, nessa época, cerca de 70% da população brasileira vivia no campo com suas culturas e tradições, e esse fator dificultou a adoção das inovações tecnológicas propostas pelo modelo de desenvolvimento americano, visto que, boa parte da população brasileira ainda estava arraigada em sua cultura roceira. Além disso, ela adotava em suas atividades do campo procedimentos embasados em seus conhecimentos empíricos herdados de seus ancestrais.

No período de 1964 a 1979 ocorreu a modernização do campo - era denominada “difusionismo”. Nessa época, o crédito rural passa a ser direcionado para o processo de modernização da agricultura buscando uma economia de grande escala, e os principais privilegiados foram os agricultores com recurso econômico, pois tinham condições de investir em máquinas e equipamentos agrícolas para aumentar a produção. Nesse período ocorreu um processo de exclusão dos pequenos produtores rurais que não tinham recursos financeiros para investir na modernização da agricultura que passou a ser baseada nas inovações tecnológicas.

Ainda, de acordo com Ruas *et al.* (2006) devido a ausência de uma política pública eficaz para a educação do campo os pequenos produtores acabaram por migrar para a cidade e sua mão de obra passou a ser usada para atender ao desenvolvimento industrial. Associado a isso ocorreu grandes impactos sociais, culturais e desequilíbrio no meio ambiente.

Nos anos 70 o serviço de extensão rural passa por significativas mudanças, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural- ABCAR, criada na década 50, deixa de coordenar o serviço de extensão rural no País, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMBRATER passa a assumir essa atividade, e em 1975, a ACAR-MG é transformada em empresa estatal - EMATER-MG. Em 1990 sob a orientação neoliberal baseada na teoria do Estado mínimo a EMBRATER é extinta, e como consequência ocorreu o desmantelamento do Sistema Nacional de ATER - SIBRATER com isso os estados tiveram que encontrar alternativas para a ação extensionista, inclusive, em alguns estados a EMATER foi extinta.

Atualmente a EMATER é vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e abastecimento, é a maior empresa pública de prestação de ATER. Ela está presente em 790 municípios de Minas Gerais, e é responsável pelo atendimento a aproximadamente 400 mil agricultores mineiros (EMATER MG, 2018).

A função do extensionista da década de 70 era de expandir pacotes tecnológicos com uma assistência técnica vinculada a programas “especiais” tais como irrigação, expansão de

fronteiras agrícolas, pecuária de corte e de leite. Esse formato de orientação dada pelos extensionistas gerou impactos ambientais negativos, influenciou a desvalorização do trabalho social em função do econômico. A extensão rural fundamentava no modelo de difusão de inovações com a finalidade de modernizar a agricultura brasileira, o agricultor era tido como uma espécie de receptor das propostas oferecidas pelos extensionistas a respeito das inovações tecnológicas. Os agricultores eram responsabilizados por adotar ou não essas inovações, e os extensionistas tinham a função de reforçar a necessidade de implantar as inovações tecnológicas.

A profissionalização do campo, ocorrida no período de 1980 a 1989, ficou conhecida como “a organização comunitária x especialização tecnológica”, nessa época ainda manteve-se os programas especiais de modernização da agricultura implantados na década de 70. O Brasil, nos anos 80 enfrentava recessão econômica, desemprego, lutas por melhores salários e os produtores reivindicavam melhores preços. Em meio a esse contexto elaborou-se o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND na tentativa de propor uma política mais ampla conciliando projetos econômicos e sociais.

No campo a população iniciou debates para discutir ações importantes, a reforma agrária e a crise sócioambiental eram uns dos temas discutidos. Nessa época, os movimentos sociais, as organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais ganharam força e expressão com a participação dos agricultores, trabalhadores rurais e outros segmentos sociais.

Em meados dos anos 80 iniciou-se no Brasil um processo de redemocratização que resultou a promulgação da Constituição Federal, a partir de então, competia à União manter o serviço de assistência técnica e extensão rural público e gratuito destinado aos pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

Nesse seguimento, a EMBRATER coordenadora dos serviços de extensão rural, apresenta às EMATERs estaduais uma nova metodologia para a extensão rural, o extensionistas passa a assumir o papel de mediador dos interesses do Estado e da pequena produção. Eles tinham a função de trabalhar com os pequenos produtores a partir do diálogo valorizando o saber popular e o saber acadêmico.

Os autores Ruas *et al.* (2006) destacam, ainda na história da extensão rural a urbanização do espaço rural ocorrida de 1990 a 2005 designada “a metodologia participativa” tendo em vista maior participação da sociedade civil com o poder público. Nesse período criou-se espaços públicos de discussão, formulação, implementação e gestão de políticas públicas. O direito dos pequenos agricultores à assistência técnica e a extensão rural gratuita é reforçado com a criação da Lei Agrícola em 1991, em seguida, os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores e agricultores familiares discutem e definem políticas públicas para o setor rural.

O manifesto “Grito da Terra” ocorrido em 1994 marcou de forma significativa a presença ativa dos movimentos sociais e das organizações de trabalhadores e agricultores familiares na temática da política pública para o setor rural.

A partir de mobilizações das organizações de agricultores familiares ocorreu a formulação de políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades da agricultura familiar, surgindo assim o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF. O Ministério do Desenvolvimento, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, em 2003 elaborou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, nela estão definidos a missão dos serviços de ATER pública, o público beneficiário, a metodologia para a ação extensionista junto aos agricultores e agricultoras familiares com um novo paradigma tecnológico de produção baseado nos princípios científicos da Agroecologia.

As atuais políticas públicas, para atender às necessidades da agricultura familiar, requerem uma prática diferente daquela adotada no processo de modernização da agricultura brasileira na época da ‘Revolução Verde’. Essa visava o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes, melhoramento genético de sementes e mecanização no campo (DINIZ, 2017).

Nesse mesmo sentido, Cunha (2006) ressalta que o padrão tecnológico da Revolução Verde deixou consequências nas dimensões ambientais, sociais e econômicas causando insatisfação e preocupação, fazendo emergir em produtores, pesquisadores e sociedade em geral o anseio por um desenvolvimento mais equilibrado.

Para implantar o novo paradigma tecnológico de produção baseado nos princípios científicos da agroecologia que possibilite um desenvolvimento mais equilibrado é necessário que

O quadro de crise econômica e socioambiental, deflagrados pelos modelos dos pacotes da “Revolução Verde”, seja efetivamente superado e substituído por novos procedimentos teóricos, metodológicos e práticos que promovam o desenvolvimento rural sustentável, a autonomia das populações rurais e o fortalecimento da cidadania (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 26).

Na concepção de Peixoto (2008), a extensão rural pode ser entendida como política pública quando traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais), e que no Brasil privilegiou-se, ao longo do tempo, o modelo público e gratuito, e atualmente é direcionado prioritariamente aos agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de Ater.

O autor ressalta ainda que atualmente a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação. Apoiando essa ideia, Diniz (2017, p.30) afirma que

A partir da década de 1980 é que começaram a surgir importantes mudanças no âmbito dos serviços de ATER, pois se começou a pensar em uma forma extensão rural com um caráter mais humanista. Esse movimento ganhou força somente na década seguinte, 1990, onde as ideias de Paulo Freire passaram a influenciar, efetivamente, os serviços de ATER.

A importância da comunicação, e sua necessidade pelos agricultores para tomar suas decisões de produção e convivência, e pelo Estado, para adotar medidas para a política agrária, também é destacada por Bordenave (1983).

2.7 A Postura do extensionista rural

A respeito da metodologia adotada pelos agrônomos extensionistas Freire (2015) ressalta que a maioria deles vê o ato comunicativo, na prática extensionista, como ‘perda de tempo’, pois os resultados com a prática dialógica são lentos, duvidosos e demorados. Em virtude disso, “é preciso que se façam ‘depósitos’ dos conhecimentos técnicos nos camponeses, já que assim, mais rapidamente, serão capazes de substituir seus comportamentos empíricos pelas técnicas apropriadas” (FREIRE 2015, p.54).

Visando um novo pensamento e uma nova atitude perante a prática extensionista a EMATER sistematizou o método denominado “Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável” - MEXPAR que baseia em uma concepção educativa onde extensionistas e agricultores são considerados protagonistas posto que esses sujeitos juntos constroem conhecimentos mediante a interação um com o outro. (RUAS *et al.*, 2006).

Ainda de acordo com os autores a metodologia “MEXPAR” é inspirada nos princípios teóricos da Epistemologia Genética de Jean Piaget (construtivismo interacionista), nas referências teóricas e filosóficas apreendidas no Método Pedagógico de Paulo Freire e na orientação pedagógica do “aprender a aprender”, de Pedro Demo.

A teoria piagetiana nos faz refletir sobre a prática extensionista, e questiona

que saberes detém o técnico? Que saberes detém o agricultor? Que saberes estarão construindo? O técnico motiva o agricultor a aprender ou a reconhecer a necessidade de aprender? É possível desequilibrar o saber prévio sem desvaloriza-lo? Como avaliar levando-se em consideração o saber prévio? (RUAS *et al.*, 2006, p. 14)

Ao atuar de acordo com a teoria piagetina o extensionista atua como mediador do processo de produção do conhecimento, ou seja, facilita o processo educativo entre as partes envolvidas na atividade extensionista. O ritmo de cada um é respeitado, pois o ponto de partida da prática extensionista terá como base os conhecimentos prévios construídos no processo histórico social, e como ponto de chegada os conhecimentos ressignificados pelos atores do processo de aprendizagem ocorrido na prática extensionista (RUAS *et al.*, 2006).

A metodologia “MEXPAR” inspirada nos princípios pedagógicos do “aprender a aprender”, de Pedro Demo refere-se aos desafios atuais da educação e a participação da sociedade civil no campo das políticas públicas. Ressalta também que a educação por se constituir um dos canais essenciais para o exercício da participação, precisa ir além do mero ensinar e aprender superando o processo de “ensino/aprendizagem”, dado que o educando não pode ser um mero receptor de informações. A participação é uma conquista, um processo infundável, é uma autopromoção que precisa ser constantemente reconquistada, não existe participação suficiente, nem acabada. A participação é, portanto, um fenômeno político e se constitui num dos pilares das políticas públicas conforme afirmam Ruas e Brandão (2006).

na didática do “aprender a aprender”, a pessoa torna-se capaz de saber pensar, avaliar, criticar e criar, assumindo o papel de sujeito histórico do processo capaz de conceber e implementar um projeto próprio de desenvolvimento. Aprender a aprender é, portanto, uma metodologia crítica ancorada na atitude de pesquisa. Permite uma constante produção e renovação do conhecimento, o qual se dá em contato com o mundo, com a sociedade, de forma interativa e produtiva. (RUAS *et al.*, 2006, p. 18)

A didática do “Aprender a Aprender” aplicada á ação extensionista “deve estar orientada pelos princípios da ação transformadora do homem sobre a realidade, ou seja, na sua capacidade de mudar e aprender com as mudanças”. Constitui um esforço ético de contraposição às tendências excludentes historicamente vivenciadas no espaço rural”. (RUAS *et al.*, 2006, p. 19)

No que se refere ao método de educação de Paulo Freire na prática extensionista sistematizada na metodologia MEXPAR Ruas *et al.* (2006, p. 17) ressaltam que

a aplicação dos princípios de educação defendidos por Paulo Freire, na prática pedagógica do extensionista, implica compreender as especificidades da ação educativa e dos atores sociais envolvidos nessa prática. É necessário, inicialmente, reconhecer que aprender significa construir um novo conhecimento, descobrir novos significados, sem desprezar o conhecimento existente. A experiência, o conhecimento prévio dos agricultores e agricultoras, deve ser sempre o ponto de partida para a reconstrução do

conhecimento, gerando novos significados e, portanto, um novo conhecimento.

A importância conferida ao homem como sujeito da sua própria educação, da sua história também é uma contribuição da técnica pedagógica de Paulo Freire à extensão rural uma dado que coloca o homem como centro da ação, ou seja, protagonista do seu próprio desenvolvimento. Assim, extensionistas e agricultores são sujeitos de um mesmo projeto, pois ambos juntos estão construindo um novo olhar sobre aquela realidade visto que o mesmo elemento admite interpretações diversificadas. (RUAS *et al.*, 2006).

Há que se ressaltar a importância da figura do extensionista, porém “não é o extensionista quem muda ou transforma a realidade rural a seu modo”, senão que, “esta é uma tarefa dos produtores de suas famílias em que o agente de extensão é um co-participante” (EMBRATER apud BORDENAVE, 1983, p.29).

Ainda de acordo com Freire (2015) o trabalho do agrônomo-educador não pode limitar-se apenas à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas (...) o agrônomo deve ser um (entre outros) dos agentes de mudança. E para Bordenave (1983, p. 31) as práticas extensionistas devem ter por objetivo a propagação do conhecimento: “o desenvolvimento acontece quando se introduzem entre os agricultores novas ideias, de maior eficiência produtiva, de maneira tal que as inovações sejam difundidas e os agricultores efetivamente as adotem”. As novas ideias surgem, também, com a comunicação, pois, as informações circulam e possibilitam a construção de novos conhecimentos.

Se para Freire (2015, p.125) os extensionistas devem estar conscientes de que “a educação que não tente fazer esforço e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista”; para Bordenave (1983) é extremamente importante que os sujeitos envolvidos na prática extensionista entendam o verdadeiro significado do objeto estudado, pois somente assim as atividades extensionistas terão significado para os sujeitos envolvidos nessa atividade, pois “um agricultor que não entende porque aplica um fertilizante no solo continuará adubando de maneira mecânica e rotineira, apenas seguindo instruções de outras pessoas” (BORDENAVE 1983, p.52).

2.8 Atitudes atuais do extensionista rural

Em 2011, numa pesquisa feita com técnicos da EMATER sobre suas práticas extensionistas na microrregião de Pará de Minas, constatou-se que alguns técnicos têm os seguintes entendimentos sobre suas práticas extensionistas:

é a passagem de informação técnica que você dá ao agricultor dentro da área de exploração dele, para melhorar a produtividade. (...) O produtor precisa você vai lá e passa as orientações.(...) É uma forma de ajudar o homem no campo levando mais informações técnicas tentando aumentar a produção e aumentando a renda para melhoria da qualidade de sua vida (DINIZ, 2017, p.34).

Certamente esses técnicos têm uma visão distorcida sobre a efetiva atividade extensionistas que deve ser adotada, é inconcebível a adoção dessa “prática extensionista” exercitada por alguns técnicos da EMATER-MG. Diniz (2017, p.36) ressalta que “as velhas práticas extensionistas estavam mais arraigadas, demonstrando uma extensão voltada ao ‘repasso de orientações’”:

como mediador do processo de produção do conhecimento, o extensionista precisa adotar, em sua prática cotidiana, uma postura investigativa, estimulando a adoção dessa mesma postura também pelos atores sociais. Isso possibilitara a sua atuação como facilitador do processo educativo, uma vez que as observações realizadas servirão como base para a problematização da realidade e organização das ideias, com o grupo envolvido. A capacidade de observação vai sendo aprimorada à medida que as informações obtidas forem apropriadas pelos observadores num constante processo de reflexão e ação. (RUAS *et al.*, 2006, p. 14).

Uma situação emblemática para a prática/postura do extensionista foi vivenciada em uma visita a um agricultor familiar na cidade de Capelinha - MG, realizada por docentes e mestrandos em Educação Agrícola da UFRRJ com a finalidade de conhecer a infraestrutura da propriedade do agricultor familiar e o trabalho de assistência técnica e extensão rural - EMATER na região onde tivemos a oportunidade de dialogar com o extensionista R.M da EMATER e com o agricultor familiar.

Aproveitamos esse momento para trocar ideias, separadamente, com o extensionista e o agricultor, procurando entender a visão de cada um deles sobre a relação extensionista e agricultor no desempenhar das atividades extensionistas. Ao ser questionado sobre como ele se relaciona com os produtores rurais da região o extensionista ressaltou que são poucos extensionistas para atender muitos produtores, fato que dificulta a assistência técnica aos produtores rurais da região. Em suas atividades extensionistas procura mostrar aos agricultores a importância de adotar práticas corretas em seus afazeres a fim de melhorar o trabalho no campo. Ao explicar como se dá esse relacionamento com os agricultores o mesmo informou que o processo é lento, e que o primeiro passo é criar uma relação de confiança com o agricultor, e que no início eles ficam bem desconfiados, tendo que ir conversando aos poucos.

Logo em seguida, a fim de entender um pouco a relação extensionista e o agricultor, foi perguntado ao agricultor, que é apicultor, como foi o início do trabalho; e ele relatou que no início tudo foi muito difícil, e que começou trabalhando com 04 colmeias e que atualmente tem mais de 200 colmeias. Ao ser perguntado sobre o que fez para aumentar a produção de mel orgulhosamente ele destacou que todo o trabalho dele, inclusive a montagem do laboratório para o processamento do mel, de acordo com as exigências dos órgãos competentes, foi realizado graças ao apoio da EMATER que desde o início tem sido grande parceira. Ressaltou que no início o extensionista R.M deu suporte a ele, desde a colheita no campo (apiário) até o mel chegar ao ponto de ir à mesa do consumidor. Ao ser perguntado como a EMATER dava esse suporte ele relatou que o extensionista constantemente visitava a propriedade dele; *“e a gente ia conversando; ele me mostrava uns pontos que não estava dando certo”*.

No terceiro momento, em breve conversa conjunta o extensionista e o apicultor relembrou o início das atividades; o extensionista orgulhoso disse: *“hoje eu que aprendo com o Zé do mel, se tenho alguma dúvida venho aqui no Zé”*. O apicultor destacou que graças ao suporte oferecido pela EMATER hoje ele poder ajudar os amigos que também produzem mel na região. Essa relação foi baseada no diálogo, na parceria e na persistência, o que possibilitou e ainda possibilita a troca de conhecimentos por ambas as partes. As novas ideias surgem, também, com a comunicação, pois, as informações circulam e possibilitam a construção de novos conhecimentos.

Nesse seguimento, Freire (2015, p.63) defende que “não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizado, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade

como verdadeiro sujeito da transformação”. O tempo despendido pelo extensionista foi essencial para a formação desse especialista em mel.

Diante do exposto, acerca da reflexão sobre o tema extensão, é preciso constante reflexão dos sujeitos envolvidos na prática extensionista que “a grande relevância da ação extensionista é poder partilhar a construção do conhecimento como produção social. Extensionistas, agricultores e agricultoras, se vendo como seres sociais, que constroem e reconstroem a história num processo dinâmico, interativo e dialógico” (RUAS *et al.*, 2006, p. 17).

2.9 A Extensão no IFMG e no campus Governador Valadares

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) tem sua definição de extensão definida pelo Fórum de Extensão da Rede Federal de EPCT (FORPROEXT), sendo,

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento sócio-econômico sustentável local e regional (FORPROEXT, 2013, p. 15).

A crença de que a Extensão Universitária viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, pois a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, tem como consequência a produção do conhecimento (FORPROEX, 1987, apud FORPROEX, 2012) nos instigou a conhecer como se dá a extensão no IFMG campus Governador Valadares.

De acordo com Freire (2015, p.89) o modelo de educação adotado produz reflexo nessas ações posto que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação de significados”.

Nesse sentido, tendo em vista que a educação profissional e tecnológica ofertada no IFMG é mais direcionada para a preparação do estudante para o mercado de trabalho, a inserção de atividade extensionista nos cursos ofertados pela instituição pode contribuir para complementar a formação de um profissional cidadão consciente e crítico da realidade social, conforme ressaltam (RUAS *et al.*, 2006, p. 18):

um princípio fundamental da educação esta na formação de cidadãos críticos, donos de um saber construído socialmente, o que os torna capazes de questionar e intervir na realidade de modo crítico e criativo. Uma proposta pedagógica adequada a esses propósitos e a didática do “aprender a aprender”, cujo enfoque esta na sua metodologia emancipatória, traduzida em competências e habilidades.

O IFMG regulamenta as atividades de extensão por meio da Instrução Normativa (IN) nº 01, de 20 de dezembro de 2017 sendo as ações de extensão as mesmas estabelecidas pelo FORPROEXT. A IN relaciona as ações que são de responsabilidade compartilhada entre os setores de Ensino, Pesquisa e Extensão, e tem o propósito de ser desenvolvidas em cada *campi*:

I- Fomento ao estágio e emprego: compreende ações que visem à inserção

dos estudantes do IFMG no mundo do trabalho, por meio da prospecção de oportunidades de estágio e emprego junto ao setor produtivo.

II- Acompanhamento de egressos: monitoramento de egressos com o objetivo de mensurar a inserção no mundo do trabalho, avaliar adequação curricular com as demandas do mercado, assim como divulgar oportunidades de emprego, entre outras questões relacionadas.

III- Visitas técnicas: ações educativas que proporcionam aos estudantes o aprendizado *in loco*, a partir do contato com processos produtivos e fenômenos ambientais, socioculturais e econômicos.

IV- Incentivo à cultura, esporte e lazer: ações de fomento a atividades educativas que promovam a qualidade de vida de servidores, discentes e comunidade externa, por meio de ações culturais e da prática do esporte.

V- Grupos de Estudo: são constituídos por um conjunto de pessoas que se agreguem em torno de um tema comum a ser investigado, dentro da mesma área do conhecimento, com o objetivo de estudar e realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

VI- Empresas Juniores: entidades organizadas sob a forma de associações civis inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e com Estatutos registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas, constituídas por estudantes matriculados em cursos de graduação do IFMG e de outras instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Atualmente, o campus Governador Valadares desenvolve suas atividades de extensão por meio de Projetos Tecnológicos, Prestação de Serviços, Eventos, Estágio e Emprego, Cursos de Extensão, Programas e Projetos Sociais, Projetos e Programas Culturais, Artísticos e Esportivos, Visitas Técnicas e Gerenciais, Empreendedorismo e Cooperativismo, Acompanhamento de Egressos e Relações Institucionais e Parcerias (PPC, MEIO AMBIENTE, 2016, p.70).

Pensamos que é necessário oportunizar aos estudantes estudos dos referenciais teóricos a respeito da temática extensão, isso possibilitaria aos mesmos melhor interação com a sociedade no momento de praticar as ações de extensão visto que a extensão universitária “possibilita ao estudante universitário produzir e reproduzir o conhecimento, comunicando-o à sociedade, como resposta necessária para atender as demandas societárias” (ALMEIDA; SÁ, 2013, p.201).

O art. 207 da CF estabelece que as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a Lei que instituiu os IFs eles se equiparam com as universidades, nesse sentido, o IFMG deve adotar em seu processo acadêmico esse princípio. Além disso, enquanto consignatário do FORPROEX o IFMG, deve zelar por suas atividades extensionistas pautada nesse princípio.

O processo educacional baseado na tríade ensino, pesquisa e extensão pode contribuir para a formação do aluno conforme expresso na figura 3.



Figura 3: Indissociabilidade

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A garantia constitucional do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável contribui para o processo de aprendizagem, uma vez que cada uma dessas atividades colabora para que o educando vivencie na prática, através da pesquisa e da extensão, a teoria discutida no correr das aulas. (SÍVERES; SILVA, 2013).

O ensino exerce fundamental importância na construção da formação do estudante, pois é capaz de provocar, continuamente, o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a relação ensino ↔ aprendizagem possibilita novos conhecimentos até mesmo sobre um elemento já estudado visto que cada descoberta contribui para o aprimoramento do conhecimento. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2014).

A prática da pesquisa no âmbito escolar possibilita aos envolvidos nesse processo, principalmente ao estudante, ir além das teorias aprendidas em sala de aula. De acordo com o PDI-IFMG (2015), a pesquisa básica e aplicada³ do IFMG busca solucionar problemas tecnológicos e/ou sociais respondendo às demandas da sociedade onde o campus está inserido.

O ensino nos instiga a pesquisar, e a cada vez que pesquisamos conhecemos uma nova possibilidade, e mais precisamente ensinamos aquilo que descobrimos. Essa é a perspectiva de Freire (1996, p.32)

não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

No que tange à aprendizagem por meio da extensão universitária, essa permite ao estudante ser o construtor de seu próprio conhecimento, a partir de sua prática constante de pesquisa e articulação com o conhecimento popular (FREIRE; apud ALMEIDA; SÁ, 2013).

³ A **pesquisa básica** objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. Já a **pesquisa aplicada** objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51, grifos nossos).

A relação ensino e extensão possibilitam estudantes e professores desenvolverem na prática, juntamente com a comunidade externa, percepções sobre o objeto estudado. Isso possibilita uma junção de conhecimentos enriquecedores para todas as partes. Esse também é o entendimento do FORPROEX (2012, p.18).

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo.

A execução do processo educacional, de forma integrada ao ensino, pesquisa e extensão, possibilita uma aprendizagem ativa e contribui para que os estudantes construam conhecimentos que sejam relevantes para sua formação profissional, e, conseqüentemente, tornem-se cidadãos mais seguros para a relação trabalhista e interpessoal. Nesse sentido, “o grande desafio da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade.” (CARBONARI E PEREIRA 2007, *apud* RODRIGUES *et al.*, 2013, p.143).

Conforme ressalta o FORPROEX

a diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão reafirma a extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) (FORPROEX, 2012, p.18).

No que se refere ao viés dessa Indissociabilidade Gonçalves (2015) alerta que não necessariamente há diálogo entre ensino, pesquisa e extensão da forma como o princípio da Indissociabilidade pressupõe, ou seja, além do âmbito das atividades extensionistas.

Após a institucionalização da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, a extensão passou a ser inserida em diversos documentos normativos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996) e o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014) são exemplos desses documentos.

A LDB, por exemplo, em seu artigo 43 inseriu a extensão como uma das finalidades da educação superior, vejamos:

A educação superior tem por finalidade:

promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de

pesquisas pedagógicas e o **desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (GRIFOS NOSSOS)**.

O Plano Nacional de Educação – PNE estabeleceu o seguinte em relação à extensão:

assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, **por meio de ações de extensão** desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população (**GRIFOS NOSSOS**).

As ações de extensão também é uma exigência estabelecida nos Projetos Pedagógicos-PPCs dos Cursos do IFMG campus Governador Valadares, os PPCs estabelece a extensão baseada em uma proposta dialogada com os saberes acadêmicos e populares e afirmam que:

as atividades de extensão permitem a troca de saberes sistematizados, acadêmicos, e popular, tendo como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação ativa da comunidade na atuação do Instituto (PPC, p.57).

Ao analisar os referidos PPCs surgiu a questão: como as atividades de extensão são praticadas pelos estudantes visto que na matriz curricular dos cursos não consta conteúdo que aborde os referenciais teóricos sobre a temática extensão? Nesse sentido, de que forma os estudantes exercem as práticas extensionista de modo a não cometerem uma extensão por meio da transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanismo, invasão cultural e manipulação? Como enfatizado por Freire, “estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase coisa, o negam como um ser de transformação do mundo” (FREIRE, 2015, p.20).

A execução das demandas relativas à extensão universitária necessita, além da conscientização e esforços de cada sujeito inserido no processo educacional, de disponibilização de recursos suficientes para executar as atividades extensionistas de modo que a instituição, estudantes e sociedade desfrutem plenamente dos benefícios oferecidos por essa prática. A insuficiência de verba, além de dificultar o desenvolvimento de um processo educacional capaz de contribuir de forma ampla para a formação dos estudantes, inviabiliza a relação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa de modo a concretizar os objetivos da prática extensionista.

Essa é uma preocupação apresentada pelo FORPROEX (2012) ao citar que limites de natureza estrutural, conjuntural e de financiamento instável prejudica a continuidade dos projetos de extensão.

Embora a extensão do IFMG esteja regulamentada, sendo inclusive publicado, a partir de 2018, Anuário de Extensão para dar visibilidade aos seus projetos de extensão, no que se refere às atividades de extensão do campus não há relação dessas atividades no site, em link específico acerca da extensão, referente às ações extensionistas que já foram ou que estão sendo executadas, o que pode denotar pouca visibilidade frente às demais atividades

acadêmicas. Entendemos ser importante o campus publicizar as atividades de extensão dando transparência a essas ações e colocando as comunidades acadêmica e externa a par dessas atividades.

Diante de todo o escopo apresentado, somos instigados a analisar, pela percepção dos estudantes do IFMG, se a prática extensionista que se faz presente na Instituição contribui para o seu desenvolvimento profissional e humanístico.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa adotamos a abordagem qualitativa e quantitativa visto que essa utilização conjunta permite recolher mais informações do que se poderia conseguir separadamente Bardin (2011).

Participaram dessa pesquisa 36 pessoas, dentre estudantes, docentes e o coordenador de extensão do campus. Esta conjugou a etapa do levantamento bibliográfico por meio de legislações, livros, artigos científicos e outros relacionados à temática da pesquisa, para a revisão de literatura sobre o tema.

A coleta de dados se deu por meio de aplicação de questionários semiestruturado aos estudantes, com o objetivo de avaliar pela percepção dos mesmos, se a prática extensionista se fazia presente na Instituição e se contribuía para sua a formação profissional e humanística. Através dos docentes pudemos conhecer a forma que eles aplicam as práticas extensionistas e, por meio do coordenador de extensão do campus compreendemos o cenário da extensão no âmbito administrativo. Também foram realizadas visitas de campo com o intuito de perceber como as atividades extensionistas eram desenvolvidas pelos estudantes do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária. Esses dados foram coletados por meio de observação espontânea, que conforme destacado por Prodanov e Freitas (2013) através dessa técnica recolhemos e registramos os acontecimentos da realidade. Por meio das declarações contidas nos dados coletados os objetivos propostos nesta pesquisa foram delineados, o que pode ser evidenciado nos elementos apresentados na análise e interpretação dos resultados.

A proposta inicial da pesquisa era trabalhar com estudantes do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio. Porém, posto que estes estudantes formaram em dezembro de 2018 não foi possível desenvolver atividades de campo com eles. Em virtude disso, incluímos na pesquisa 3 estudantes do segundo período do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária que estavam desenvolvendo projeto de extensão para que pudéssemos realizar com eles as visitas de campo.

Foram contactados os estudantes da turma do último ano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue aos estudantes que aceitaram participar para leitura e assinatura, e também o questionário da pesquisa.

No momento de os estudantes responderem ao questionário procuramos deixá-los bem à vontade, e destacamos que as respostas eram confidenciais e que não era possível relacionar as respostas com a identificação deles.

Visitamos também a turma do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio para dialogar com os estudantes sobre a pesquisa. Ressaltamos que os menores de dezoito anos que aceitassem participar teriam que assinar, juntamente com o seu responsável, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e que, além disso, os responsáveis deveriam assinar o termo de autorização para que eles pudessem participar da pesquisa. Alguns estudantes já eram maiores de idade, então, naquele mesmo momento leram e assinaram o TCLE. A empolgação por participar da pesquisa era notória, e até ouvimos o seguinte comentário: *“nossa, nós do ensino médio participar de uma pesquisa de mestrado, que legal!”* (Diário de campo em 14/11/2018).

O contato com os estudantes do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária ocorreu com as atividades de campo.

Diferentemente dos estudantes, não conseguimos reunir os docentes para convidá-los a participar da pesquisa. Então, foi enviado um convite ao e-mail deles, e em caso de aceite deveriam responder, primeiramente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O acesso ao questionário, para que pudessem responder às perguntas, foi por meio do *google docs*. O mesmo procedimento foi adotado para que o coordenador de extensão pudesse participar da pesquisa.

Os dados coletados foram agrupados, sintetizados e ordenados de forma lógica para que as respostas fossem claras e objetivas para posteriormente serem sistematizadas e analisadas seguindo a perspectiva de Prodanov e Freitas (2013). Visando aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação da percepção dos participantes e ampliar sua compreensão de como percebem a extensão universitária foi também realizada a análise de conteúdo segundo a perspectiva de Bardin (2011). Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas das mensagens num esforço de entender o sentido da comunicação e, principalmente, desviar o olhar, buscando significações passíveis de se enxergar por meio da primeira.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados foram referenciados pelas as categorias analíticas, a prática extensionista pela troca de saberes; a formação profissional e a simetria entre extensionista e público a partir das percepções das categorias estudantes, professores e coordenação, apresentadas separadamente para melhor compreensão.

Dos 36 participantes da pesquisa 24 eram estudantes. Sendo 9 do último ano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, 3 do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e 12 do último ano do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio. A faixa etária dos estudantes variou entre dezessete e sessenta e três anos de idade.

No ensino médio notamos que 33% dos estudantes têm 18 anos de idade e 8% tem 19 anos. Por meio do gráfico 3 verificamos a presença de estudantes com faixa etária mais elevada no ensino superior. No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental tinha 1 estudante com 63 anos de idade e outro com 51 anos, e no Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária havia 1 estudante com 51 anos de idade. A esse fato é possível atribuímos fatores como a falta de recurso financeiro para cursar o ensino superior quando mais jovem, a possibilidade de poder cursar ensino superior em uma instituição pública, que em períodos anteriores à 2010 Governador Valadares não dispunha dessa oportunidade. Outro motivo pode ser a busca por qualificação profissional.

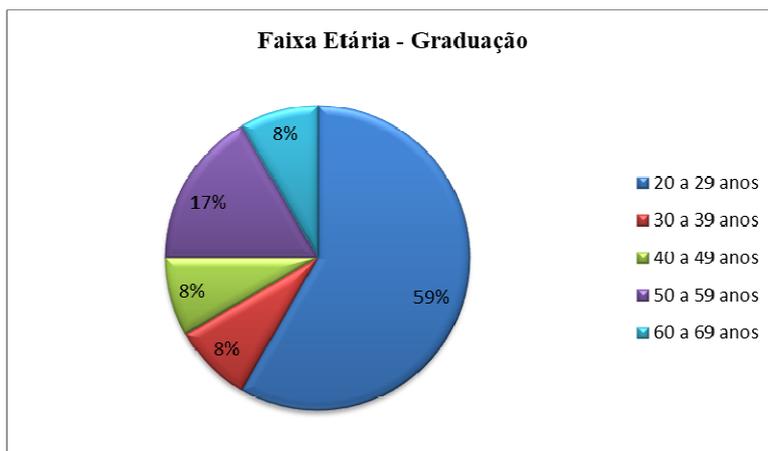


Gráfico 3: Idade estudantes graduação

Fonte: Dados da Pesquisa

Através do gráfico 4 observamos maior participação na pesquisa de estudantes do sexo feminino. Esse dado nos leva a refletir sobre o aumento da participação feminina nos cursos técnicos agropecuários diferentemente da época que foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1948, onde a participação da mulher no corpo técnico era pouco expressiva e na agricultura direcionada às questões doméstico-/familiar. Conforme destacado por Siliprandi (2002. p.40) “não há como analisar o trabalho da extensão rural sem perceber que ele foi, permanentemente, marcado por um viés de gênero”.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) os dados mais recentes do Censo da Educação Superior, referente a 2017, mostram a predominância das mulheres na educação superior. Elas representam 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação. Na licenciatura, por exemplo, 70,6% das matrículas são do sexo feminino. Ainda de acordo com o INEP, dados referente ao Censo Escolar 2018, nos cursos profissionais da Educação Básica cuja educação profissional engloba cursos de formação inicial e continuada

ou de qualificação profissional articulado à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articulada (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio, as mulheres também são maioria. Na faixa etária de 40 a 49 anos, por exemplo, 60,7% das matrículas são de mulheres (INEP, 2019).

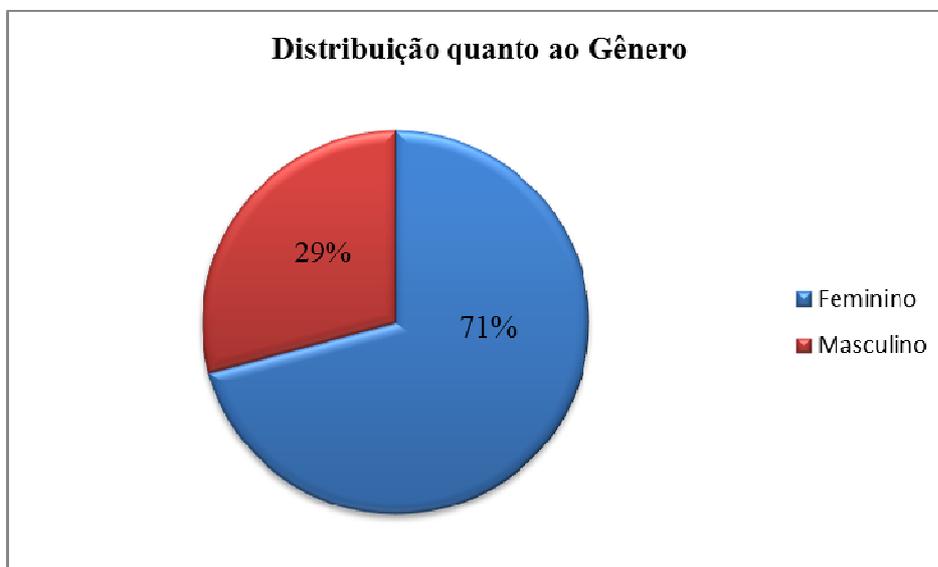


Gráfico4: Gênero estudante
Fonte: Dados da Pesquisa

Ao total 11 docentes participaram da pesquisa, sendo 8 vinculados respectivamente às turmas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental e Sanitária e ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio, 2 docentes estavam vinculados ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio e 1 docente vinculado apenas aos Cursos Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Quanto às atividades de campo elas foram realizadas no Pico da Ibituruna, representado na figura 4, localizado no município de Governador Valadares com estudantes do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária que estavam desenvolvendo projeto de extensão sobre programa de ações socioambientais projeto esse denominado Diagnóstico ambiental das nascentes e rede de drenagem do Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna. O pico é uma área de preservação permanente com domínio de Mata Atlântica com rica biodiversidade, em janeiro de 2014, por meio da Lei Estadual n. 21.158, ele foi instituído Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna e passou a integrar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (IEF, 2012 *apud* PROJETO PROGRAMA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DO PICO DA IBITURUNA).

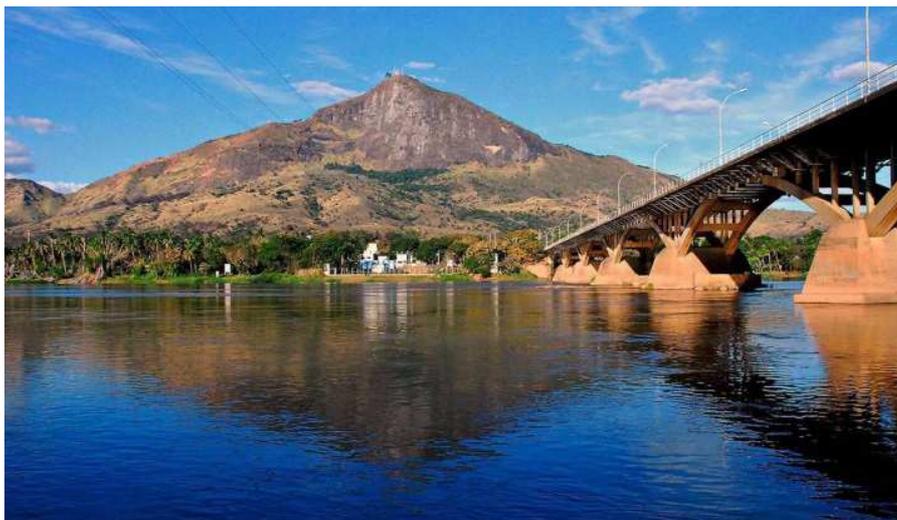


Figura 4: Local de realização das atividades de campo

Fonte: www.iepha.mg.gov.br

A comunidade acadêmica do IFMG campus Governador Valadares, por meio desse projeto de extensão procurou conhecer as condições ambientais da unidade de conservação e a qualidade da água consumida pela população residente na unidade para que pudesse fornecer dados e informações relevantes para a elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna. Estão envolvidos nesse projeto 3 (três) estudantes do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária, sendo 1(um) bolsista e 2 (dois) voluntários.

Embora o referido projeto tenha por finalidade estabelecer uma interação entre a comunidade residente no Monumento Natural Estadual do pico da Ibituruna e o IFMG campus Governador Valadares por meio da troca de experiências e saberes e sensibilização ambiental, durante os períodos que acompanhamos essas atividades de campo percebemos pouco diálogo entre estudantes e moradores no tocante a temática do projeto de extensão.

Nesse sentido, Costa, Baiotto e Garce (2013) destacam que conhecimento da realidade de sua região proporciona o desenvolvimento de habilidades profissionais, maior responsabilidade acadêmica e profissional, além de contribuir para a escolha de uma formação continuada, que geralmente estará relacionada com o que o estudante aprendeu ao conhecer essa realidade.

Quando iniciamos com as atividades de campo o projeto estava em fase de mapeamento de nascentes e pontos para delinear rede de drenagem. Nessa fase os estudantes envolvidos no projeto faziam entrevistas com os moradores para verificar, por exemplo, a relação deles com o imóvel, identificar se o morador era dono, empregado ou se o imóvel era alugado/arrendado; especificar o tamanho e o tipo do imóvel (casa de agricultura/pecuária, pousada, e etc); tipo de trabalho desenvolvido no imóvel; quantidade de moradores residentes no imóvel; tempo que residia no imóvel; destino final do esgoto e do lixo; se havia fossas para esgoto no local; como era feito o abastecimento de água; se usavam agrotóxico ou fertilizante no terreno; se houve retirada de pastos, vegetação e árvores do local; se houve queimada no último ano; se havia riachos, córregos, lagoas ou nascentes no terreno.

A princípio os residentes do pico da Ibituruna ficavam bastante receosos com a presença do grupo, mas assim que explicavam que eram estudantes e que estavam realizando um trabalho para verificar as condições ambientais e a qualidade da água do local eles ficavam tranquilos e até mesmo gratos pela oportunidade. Realizamos as atividades de campo,

por meio de observação espontânea, a fim de verificar, na prática, como ocorria a prática extensionista no projeto.

O primeiro contato que presenciamos dos estudantes com a população do pico da Ibituruna foi na entrevista. Em cada propriedade os estudantes faziam perguntas previamente estabelecidas em questionário a fim de verificar se o perfil da propriedade se encaixava no projeto a ser desenvolvido. Para que todos os entrevistados pudessem compreender o assunto abordado no questionário os estudantes não utilizavam linguagem técnica, ou seja, adotaram vocabulário popular. Nesse aspecto percebemos uma postura bem próxima do defendido por Freire (2015), já que nessa relação os estudantes estabeleceram uma comunicação que todos pudessem se entender.

Após as entrevistas, caso a propriedade possuísse nascente, era solicitada permissão para que pudéssemos conhecê-la, e o responsável pela propriedade nos acompanhava durante a visita. No decorrer das atividades de campo não presenciamos uma relação de superioridade em relação aos sujeitos detentores do conhecimento acadêmico, ou seja, não vislumbramos uma extensão verticalizada. Por outro lado, também não testemunhamos uma relação de diálogo entre o conhecimento acadêmico dos estudantes e o saber popular dos residentes do pico da Ibituruna, relação essa tão importante para o trabalho extensionista conforme destacado por Freire (2015). O fato é que não vislumbramos, durante as atividades de campo, a troca de conhecimentos acadêmicos e saberes populares.

Consideramos que durante todo o período de envolvimento entre as comunidades poderia ter sido aproveitado para trocas de experiências e saberes, como, por exemplo, na ida e na volta de uma das nascentes que durou aproximadamente três horas. Esse tempo foi um bom momento para um diálogo de aproximação com o morador que nos acompanhava, buscando seus conhecimentos a respeito da questão ambiental entre outros assuntos. Assim, pouco a pouco poderia ocorrer a troca de conhecimentos acadêmicos com os saberes populares tão importantes nas atividades de extensão. Conforme destaca Freire (2015) o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, requer uma ação transformadora sobre a realidade e implica invenção e reinvenção.

Acompanhamos esses estudantes a campo por diversas vezes sendo que em dois momentos o professor/coordenador da atividade estava presente. Não presenciamos orientações de como os estudantes deveriam conduzir as atividades e, nem mesmo intervenção por parte do professor/coordenador naquele momento. Também não temos conhecimento de que esses estudantes receberam algum tipo de orientação, anteriormente, de como se proceder em uma atividade extensionista. Entendemos que por se tratar de uma ação pedagógica essa orientação seria primordial para o bom andamento das práticas.

Aqui, vale retomar o abordado no referencial teórico quanto ao fato de os estudantes do campus não terem em sua matriz curricular conteúdo que verse sobre a temática extensionista. O fato de eles serem submetidos às práticas extensionistas sem o devido conhecimento de como agir diante dessa tarefa, no nosso entendimento, dificulta, e muito, para que as atividades sejam efetivadas de forma correta. O próprio docente parece não estar preparado para executar e auxiliar nas práticas extensionistas visto que, conforme percebemos em campo, o professor/extensionista também não tinha uma postura comunicativa com os envolvidos na prática. Isso demonstra a importância de a instituição estabelecer a curricularização da extensão universitária baseada em referências teóricas que defendem sua prática fundamentada na interação dialógica. Assim, tanto os estudantes quanto os docentes estarão mais preparados para lidar com as atividades extensionistas ofertadas pela instituição.

Conforme ressalta Rodrigues (2013) a extensão universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade, a Universidade precisa apresentar entendimento do que a extensão tem em relação à comunidade em geral.

Colocar em prática o que foi aprendido em sala de aula, e o contato entre o aprendiz e a sociedade gera benefícios para ambas às partes.

Ressaltamos que o ponto de vista apresentado quanto à falta de diálogo entre o conhecimento acadêmico e o saber popular refere-se aos períodos que realizamos as atividades de campo, portanto, não se trata de uma visão generalizada de todos os momentos que ocorreram contato entre comunidade acadêmica do IFMG campus Governador Valadares e os moradores do Monumento Natural Estadual do Pico da Ibituruna

Considerando que os dados obtidos pelos estudantes, durante a realização do projeto, foram cadastrados em banco de dado para geração de cartas temáticas para serem entregues ao órgão gestor da unidade e à comunidade residente no monumento, esperamos que no momento da entrega das referidas cartas pela equipe do projeto possa ocorrer um momento de troca de saberes para que, de fato, ambas as partes, comunidade acadêmica e comunidade do monumento se beneficiem da real finalidade das atividades de extensão que é a troca de conhecimentos.

Apresentamos relatos dos discentes, docentes e do coordenador de extensão do campus a fim de demonstrar a compreensão deles sobre o tema ora pesquisado. Ainda, por meio dessas narrativas, verificamos que a Extensão no IFMG campus Governador Valadares contribui para uma educação que possibilite, também, o desenvolvimento profissional e humanístico do estudante.

Para melhor análise dos conteúdos, e visando manter o anonimato dos participantes desta pesquisa os estudantes foram identificados por curso (ensino superior e médio, sexo e idade) e os professores foram relacionados aos cursos a que estão vinculados.

4.1 A Prática extensionista pela visão dos estudantes

Aqui a reflexão destaca a visão de estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio.

No tocante ao quesito sobre o entendimento em relação ao tema extensão universitária 70% dos estudantes direcionaram a ideia de conhecimento por meio de atividades fora da sala de aula. Nessa perspectiva foram destacadas como:

“Atividades extraclasse, ou seja, não são dentro da sala de aula, aprendendo com uma lousa e cadernos, mas sim aprendizados mais na prática do que na teoria para que o aluno possa ter um desenvolvimento maior e realmente interagir com disciplinas”
(estudante do ensino médio, sexo feminino, 17 anos).

“É a oportunidade do estudante de participar de atividades fora do campo que envolva os conhecimentos adquiridos em sala de aula”.
(estudante do ensino superior, sexo feminino, 20 anos).

Por meio dessas falas compreendemos que estes estudantes consideram a extensão universitária como um elemento que contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento deles. Nesse sentido, Rodrigues (2013) destaca que colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela trás benefícios para o estudante.

Identificamos, também, que 25,84% dos estudantes direcionaram a extensão universitária à ideia de relação com a comunidade externa, como podemos verificar nas falas seguintes:

“Atividades em que ocorre a aproximação da comunidade externa com o campus, e vice versa como visitas técnicas, rodas de conversa, seminários e palestras” (estudante do ensino médio, sexo feminino, 17 anos).

“São atividades que a Instituição oferece, coordenadas por um ou mais professores, que proporcionam aos alunos oportunidades de aprimorar seus conhecimentos desenvolvendo atividades onde eles interagem com a população da região desenvolvendo trabalhos de interesse da comunidade” (estudante do ensino superior, sexo masculino, 51 anos).

O estudante ao associar a extensão à comunidade externa parece indicar, ainda que superficialmente, a compreensão de que dessa união possa surgir a possibilidade de enriquecimento para os envolvidos na prática extensionista; e quanto mais essa prática é desenvolvida, o estudante percebe que através de seus conhecimentos acadêmicos poderá contribuir com os problemas vivenciados pela comunidade externa, o que pode colaborar para o seu desenvolvimento profissional. Segundo essa perspectiva Garcia; Bohn; Araújo (2013) destacam que é dessas ações que se fazem as relações com a vida profissional. Ainda, Almeida e Sá (2013) reforçam que a extensão universitária possibilita ao estudante produzir e reproduzir o conhecimento, comunicando-o à sociedade, como resposta necessária para atender as demandas da comunidade.

Temos, ainda, relato de 4,16% que a extensão universitária *“É um dos elementos do tripé que leva a universidade à comunidade”*. Este estudante tem a percepção de que o processo educacional deve ser baseado na tríade ensino, pesquisa e extensão e que deve ser desenvolvida junto à comunidade, percepção muito próxima do FORPROEX (2012) cuja indissociabilidade reafirma a extensão Universitária como processo acadêmico.

Ao analisarmos o gráfico 5 observamos que 88% dos estudantes já presenciaram alguma atividade extensionista no campus Governador Valadares, o que demonstra a presença da prática extensionista no campus. Com base nestes dados e nas falas dos estudantes sobre o entendimento em relação à extensão universitária constatamos seu entendimento sobre a possibilidade de uma ação que contribui para a formação do estudante, posto que são *“novas formas de aprender conteúdos”*; *“atividades que ajudam a complementar o conhecimento adquirido na sala de aula”*.

As principais atividades extensionistas que os estudantes citaram ter presenciado no IFMG campus Governador Valadares foram palestras e visitas técnicas, 67% dos estudantes destacaram essas atividades. Os estudantes mencionaram também os projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes, tais como: *“projeto sala verde”*; *“projeto diálogos”*; *“projeto de Horta”*; *“projeto de ETE”*; *“projeto de extensão sócio ambiental no monumento natural do Pico da Ibituruna”*. Ainda foram destacados minicursos, oficinas, feira de ciências, seminário de iniciação científica e rodas de conversas como atividades extensionistas presenciadas no campus. Pelas falas dos estudantes não foi possível evidenciar se as rodas de conversas foram realizadas com estudantes e comunidade externa ou apenas com um desses seguimentos; também, não visualizamos, por meio dos relatos, as temáticas e áreas às quais elas se relacionavam e, por quantas vezes ocorreram.

Essas atividades fazem parte do rol de ações de extensão destacadas pelo FORPROEXT. Também para Dias (2017) atualmente a extensão universitária pode se dar por meio de cursos, palestras, projetos de ação comunitária e outros. O autor destaca, ainda, que

as espécies de ações extensionistas ofertadas pela Universidade tem relação com o tipo de atividades extensionista que a universidade estabeleceu em sua localidade.

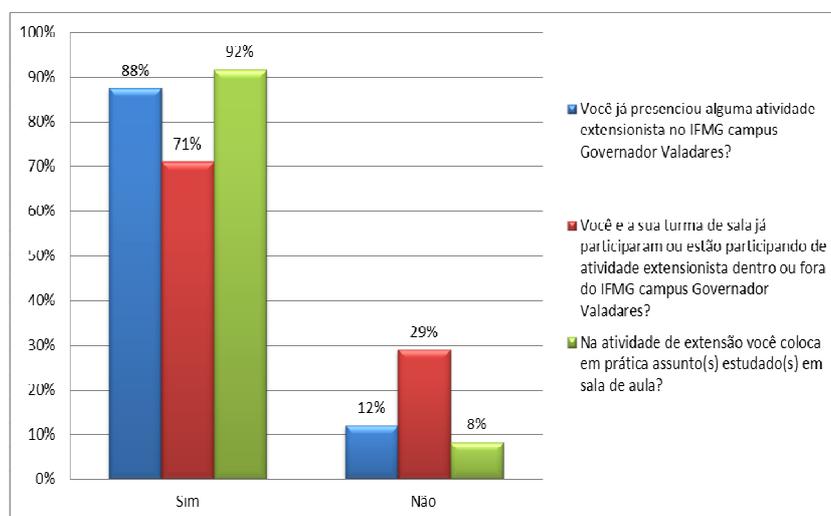


Gráfico 5: Presença de atividade de extensão

Fonte: Dados da Pesquisa

Os estudantes ao serem questionados se eles e a sua turma de sala já participaram ou se estavam participando de atividade extensionista dentro ou fora do IFMG campus Governador Valadares 71% disseram que sim, e as principais atividades extensionistas destacadas foram visitas técnicas e palestras. Acerca das visitas técnicas os estudantes citaram ida ao festival de tribos indígenas, ao Instituto Terra, ao Parque Municipal de Governador Valadares e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares (SAAE). Eles ainda mencionaram ter participado de palestra sobre diversos temas dentro do campus, ressaltando a temática sobre Consciência Negra. As oficinas e os minicursos também foram bastante destacados pelos estudantes; os projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes novamente foram citados pelos estudantes o que indica envolvimento deles nesse tipo de atividade. Se por um lado as falas evidenciam a presença da prática extensionista no campus, bem como o envolvimento entre a comunidade acadêmica e a população ao seu entorno, por outro lado, não deixam claro se a participação desses estudantes nestas atividades se dá no papel de extensionistas, ou de participantes.

Em relação como os professores desenvolvem as práticas extensionistas na turma 87,5% dos estudantes destacaram que elas são desenvolvidas por meio de visitas técnicas. Aqui, também, não ficou claro como se dá a participação dos estudantes nessas visitas, se por meio do diálogo e da troca de saberes. Essa dúvida vem à tona dado que não identificamos nenhum relato de estudantes quanto ao fato de como as práticas extensionistas se basearam. A outra parcela de estudantes, ou seja, 12,5% citaram que os docentes desenvolvem as práticas extensionistas por meio de palestra e trabalho de campo.

Ainda, por meio do gráfico 5, observamos que 92% dos estudantes colocam em prática assuntos estudados em sala de aula durante as atividades de extensão. Isso demonstra o envolvimento da maioria dos estudantes com a prática extensionista, resta investigar como vem se dando essa prática, sobretudo na relação extensionista e comunidade. Foi destacado pelos estudantes ser possível ver de que maneira aquilo que se aprende na sala de aula é aplicado na vida real; sendo acrescentado que na atividade de extensão é possível “*observar na prática o que vemos em sala de aula, além de palestras que estão ligadas tanto a base comum curricular, quanto as matérias técnicas*”; “*a teoria ajuda a executar a prática*”.

Concordamos que nas atividades de extensão o estudante é capaz de ressignificar conteúdos anteriormente estudados visto que estas desenvolvem um modo específico de aprender como destacado por Síveres (2013). O restante dos estudantes, isto é 8%, disseram não colocarem em prática assuntos estudados em sala de aula durante as atividades de extensão por falta de oportunidade.

Na questão sobre se as atividades de extensão possuem um papel importante na formação profissional dos estudantes, o gráfico 6 demonstra que 96% entendem que sim, e atribuíram isso ao fato de as atividades possibilitarem conhecimento da profissão, o que sinaliza a contribuição das atividades extensionistas na formação profissional deles. As falas direcionadas às atividades de extensão como: *“aumentam nossa base curricular e auxiliam para que possamos ser profissionais melhores no futuro”*; *“além de aliar o conhecimento teórico com o prático, nos proporciona experiências com as quais podemos nos deparar no mercado de trabalho.”*; *“em todas atividades aprendi algo, seja técnico ou formação de pensamento crítico sobre algo”*; *“é a prática do que se aprende em sala, e, ver com os próprios olhos e “botar a mão na massa” é consolidar este conhecimento”* reforçam o reconhecimento desse papel. O restante dos estudantes, ou seja, 4% não mencionaram o motivo de as atividades de extensão não possuem um papel importante na sua formação profissional.

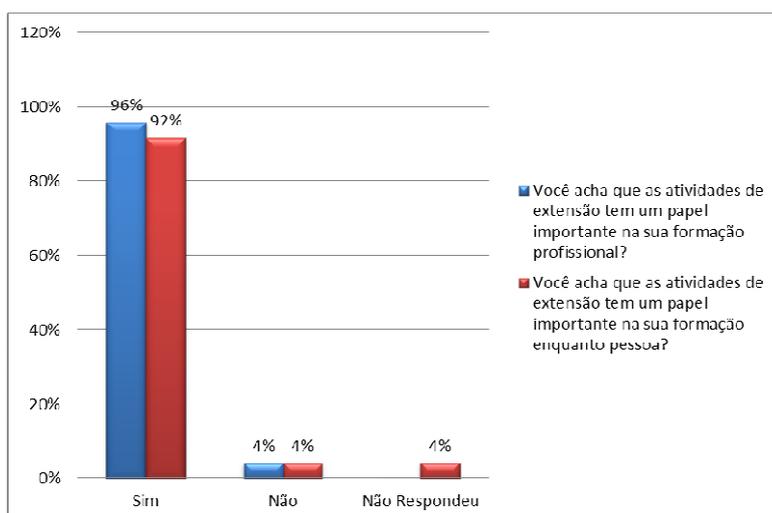


Gráfico 6: A Extensão na formação do aluno

Fonte: Dados da Pesquisa

O futuro profissional que tem contato com atividade de extensão, durante a fase escolar, ao exercer sua profissão, provavelmente, terá mais segurança para realizar suas atividades como constatado por Costa, Baiotto e Garce (2013) e Garcia, Bohn e Araújo (2013). De fato, a extensão universitária é um meio que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante desde que seja implementado o diálogo em suas práticas.

No tocante ao ponto de vista dos estudantes se as atividades de extensão tem um papel importante na sua formação enquanto pessoa, o gráfico 6 demonstra que 92% consideraram que sim. Os estudantes ressaltaram que as atividades de extensão motivam novos pensamentos para o indivíduo; enfatizando que as atividades de extensão são importantes para a sua formação enquanto pessoa, pois elas lhes possibilitam *“consolidar o seu próprio pensamento”*; *“vejo como é a realidade da vida de outras pessoas, e posso relacionar com a minha vida, ou com a minha realidade”*; *“as atividades de extensão nos mostra como nossos conhecimentos adquiridos podem ser postos em prática no dia a dia”*; *“temos contato com*

peças externas ao nosso convívio social e é possível realizar uma troca de experiências e culturas”. Uma estudante do sexo feminino, 20 anos enfatizou que *“o conhecimento adquirido, é sempre uma riqueza, algo sempre a somar nas nossas vidas, independentemente do trabalho”* o que demonstra a relevância dessas atividades em sua vida pessoal. Nessa linha de raciocínio, para Costa, Baiotto e Garce (2013) a extensão universitária é um locus privilegiado para a prática acadêmica, e que a atuação em projetos de extensão possibilita ao estudante vivenciar experiências significativas de aprendizagem, importantes não apenas para sua formação profissional, mas também pessoal. Ainda, 4% dos estudantes responderam apenas que as atividades de extensão não têm papel importante na sua formação enquanto pessoa e 4% não responderam a esse item.

Identificamos que 71% dos estudantes revelaram ter adquirido conhecimento com os sujeitos envolvidos nas atividades de extensão, e atribuíram isso ao fato dessa relação entre as partes ter possibilitado conhecimento em diversas áreas. Pelos relatos percebemos que a aquisição de conhecimentos se deu na condição desses estudantes como observadores dos sujeitos/extensionistas que atuavam nas atividades de extensão. É possível evidenciarmos isso pelas seguintes falas:

“na visita ao saae, aprendi com o processo e com as pessoas que lá estavam nos orientando” (estudante do ensino médio, sexo feminino, 17 anos).

“aprendi o que estava sendo passado pelas pessoas que orientavam cada atividade” (estudante do ensino médio, sexo feminino, 17 anos).

A estudante ao relatar *“em todas atividades aprendi algo, seja técnico ou formação de pensamento crítico sobre algo”* reforça a ideia de que a educação por meio do diálogo pode possibilitar, também uma consciência crítica Freire (2014). O estudante do ensino superior, sexo masculino, 51 anos reforçou que por meio das atividades de extensão com a comunidade externa *“pude conhecer seus problemas e seus anseios, e procurar soluções para os mesmos”*. Ainda, encontramos falas que apresentaram formas específicas de aprendizagem com as atividades como *“recuperação de áreas degradadas, plantio de árvores, composição do hidrogel e NPK dentre outras”*; *“tipologia de vegetação e de animais”*. É notório, pelas falas, o quanto as atividades de extensão contribuem para a formação do estudante. Os 29% dos estudantes que disseram não ter adquirido aprendizado com o público onde realizaram atividades de extensão não justificaram o motivo pelo qual não ocorreu o aprendizado. Vários fatores podem ser elencados para essa questão. Um deles pode ser a falta de diálogo que presenciamos nas atividades de campo afinal, sem diálogo não há troca de saberes, e consequentemente não há construção de conhecimento.

As falas seguintes revelam uma possível relação dialógica nas atividades de extensão e a troca de saberes por meio da interação entre as partes *“[...] o conhecimento no meio é mútuo e trazem benefícios a ambas as partes”*; *“troca de experiências e aprendizado além do conteúdo visto em sala de aula”*; *“na faculdade aprendemos muito a teoria, quando temos a oportunidade de sair de sala vemos como é posto em prática e muitas vezes ao conversar com as pessoas do meio elas nos ensinam seus métodos que aprenderam com a prática do fazer”*. Esse dado revela que os estudantes reconhecem que na prática extensionista adquire conhecimentos de natureza acadêmica e empírica essenciais para a sua formação e que os conhecimentos empíricos são fundamentais na prática extensionista, conforme destacado por Freire (2015). Conforme já apontado anteriormente por Garcia; Bohn; Araújo (2013) é no diálogo que se fazem as relações com a vida profissional.

Apesar de boa parte dos estudantes revelar ter adquirido conhecimento com os sujeitos envolvidos nas atividades de extensão, percebemos que alguns estudantes adquiriram conhecimentos por meio da observação, ou seja, eles não tiveram uma participação ativa nas

atividades. Identificamos também estudantes que adquiriram conhecimento por meio do diálogo e da troca de saberes, esses de fato foram sujeito nessa relação. Essa é a prática que deve prevalecer nas atividades extensionistas, Freire (2015) destaca que é enquanto sujeito que o homem pode aprender.

Outro dado importante a ressaltar é que 100% dos estudantes consideraram que as disciplinas tornam-se mais atraentes quando aplicadas nas atividades de extensão visto que “faz com que o interesse pela disciplina aumente”; “é muito interessante ir para o campo e ver tudo aquilo e mais um pouco do que aprendeu em sala de aula” foram expressões usadas pelos estudantes para evidenciar seu apreço pelas atividades de extensão como prática pedagógica. Inclusive aqueles 29% dos estudantes que disseram não ter adquirido aprendizado com o público onde as atividades de extensão foram realizadas consideraram que as disciplinas tornam-se mais atraentes quando aplicadas nas atividades de extensão. Atribuímos isso ao fato de a extensão universitária ser uma possibilidade concreta de aprendizagem, essa é a visão de Síveres (2013) ao mencionar que a extensão possibilita a significação do processo, neste caso, a significação das disciplinas por meio das atividades de extensão.

4.2 A Percepção da prática extensionista pelos docentes

O papel do docente perante a extensão universitária é de fundamental importância para a execução das práticas extensionistas e, sobretudo na orientação da relação estudante e comunidade externa de forma que ambos aprimorem seus conhecimentos por meio dessa prática.

Neste ponto a reflexão destaca a visão de docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio sobre as atividades de extensão na Instituição.

Em relação ao entendimento sobre o tema extensão universitária 55 % dos docentes sinalizaram ação entre comunidade acadêmica e comunidade externa, como podemos verificar nas falas seguintes:

*“Entendo que extensão universitária é uma ação do IFMG **junto** à comunidade externa”* (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

*“extensão universitária é o **compartilhamento** de saberes do grupo institucional com a comunidade externa”.* (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio (**Grifos nossos**)).

*“acredito que o tema diz respeito às práticas e ações que uma instituição de ensino exerce **junto** à comunidade externa, de modo a se criar um ambiente de colaboração de saberes e de apresentar a esta o que é feito em termos de ensino e pesquisa e como isso pode impactar, ou seja, se estender em efeitos reais a essa comunidade”* (docente vinculado ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio (**Grifos nossos**)).

*“propostas pedagógicas que **envolvam** a comunidade externa”* (docente vinculado ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio (**Grifos nossos**)).

*“conhecimento produzido dentro da instituição de ensino é **repassado** para a população promovendo troca de informações e melhoria de qualidade de vida”* (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio (**Grifos nossos**)).

Nessas falas notamos através dos termos “juntos”, “envolvam”, “compartilhamento” que docentes relacionaram a participação da comunidade externa na temática extensão universitária o que denota entendimento da importância da prática extensionista ser executada na perspectiva do diálogo e da troca de forma que os conhecimentos acadêmicos contribuam com os problemas vivenciados pela comunidade externa. Já o uso do termo “repassado” remete à perspectiva da transferência de conhecimentos o que indica imposição do conhecimento acadêmico, negando, assim, o envolvimento da comunidade externa como sujeito da ação extensionista. Nessa perspectiva, Freire (2015, p.26) ressalta “um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro”. Nessa mesma linha de pensamento, o autor enfatiza que o educador não transfere conhecimento, ele cria possibilidades para que os sujeitos se desenvolvam.

Ainda observamos que os docentes, assim como os estudantes, têm a visão de que pela extensão universitária os estudantes podem complementar o conhecimento adquirido em sala de aula, 45% dos docentes apresentaram esse entendimento:

“fundamental para consolidar os conhecimentos aprendidos pelo discente e aproximá-lo da vivência de sua profissão” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“etapa necessária e completar a formação, oportunizando o estudante a realizar e /ou participar na prática, de ações educacionais na comunidade em que ele está inserido” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio)

Apesar de os docentes terem a visão de que a extensão universitária complementa o conhecimento adquirido em sala de aula apenas 55% afirmaram realizar práticas extensionistas com os estudantes:

“acredito que a educação não se restringe à sala de aula - o entorno, a cidade, as experiências, as trocas são fundamentais nesse processo de construção do conhecimento” (docente vinculado ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio)

“os estudantes daqui a pouco estarão no mercado de trabalho e nada mais justo que integrá-los a população do entorno do IFMG GV e mediações para adquirir mais conhecimento e a partir do conhecimento técnico adquirido ajudar a comunidade” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio)

Os docentes que realizam a extensão universitária destacaram as práticas e o local onde elas são executadas:

“projeto de extensão - Artes (Público alvo: alunos bolsistas em atividades em escolas municipais)” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“projeto de extensão - Diálogos - que visa à criação de um ambiente de leitura e discussão de textos entre alunos, professores e comunidade externa, atrelada ao compartilhamento de vivências e visões de mundo. Normalmente, ocorre no auditório do IFMG - Campus Governador Valadares, e, ocasionalmente, em outros espaços abertos da cidade” (docente vinculado ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“projeto de extensão proposta de implantação e manutenção de unidades demonstrativas de hortas verticais/horizontais, viveiro e estufa de baixo custo como ferramenta de educação ambiental para a comunidade acadêmica do IFMG-GV e externa, Horta IFMG-GV, escolas, ruas da cidade de Governador Valadares” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“programa de Ações Socioambientais do Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna, Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna e sua zona de amortecimento”. (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“visita Técnica” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

Verificamos que os docentes citaram atividades práticas das disciplinas como atividades de extensão:

“Visitação a Museus e eventos/Espetáculos, Aula prática - experimentos fora de sala de aula”; (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

visita técnica na obra de uma rodovia estadual para averiguação de impactos ambientais causados pela obra, local Timóteo”.

Os 45% dos docentes que sinalizaram não realizar as práticas extensionistas com seus alunos destacaram que:

“trata-se de um processo burocrático e moroso que envolve tanto a capacitação quanto o ajuste a exigências legais” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“precisamos de um projeto de extensão bem definido e identificação de uma demanda da comunidade externa” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“inexperiência em escrever projeto” (docente vinculado ao Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

. Consideramos uma parcela significativa de docentes que não realizam práticas extensionistas. Ressaltamos o quanto os estudantes e comunidade externa deixam de usufruir dos benefícios proporcionados por essa ação. Conforme já destacado, 71% dos estudantes já participaram de práticas extensionistas, seja dentro ou fora do campus, e 67% dos estudantes presenciaram as atividades dentro da instituição. Esse quantitativo poderia ser maior caso houvesse mais adesão de docentes às práticas extensionistas; o que contribuiria para uma parcela maior de estudantes consolidarem conhecimentos por meio dessa atividade.

Questionados se já presenciaram outros docentes realizando atividade extensionista no IFMG campus Governador Valadares ou em outro local 45% afirmaram nunca ter presenciado. Já a parcela de docentes que informaram ter presenciado as atividades destacaram *“visita a empresas; projetos extensão, projetos vinculados a outras instituições”;* *“A.E.I.O.U. - ARTE, EDUCAÇÃO, IMAGINAÇÃO, ÓCIO E UTOPIAS”, programa de extensão voltado a diversas expressões artísticas executado em escolas públicas e no IFMG, em Governador Valadares”;* *“Projeto sobre urbanização que ocorre em bairros de GV, Projeto diálogos que ocorre no IFMG-GV e em escolas de GV, Projeto de arte festa cultural que ocorre no IFMG com participação de pais e comunidade externa, Projeto sala verde que ocorre no IFMG”;* *“Eventos como a Semana de Meio Ambiente e a Semana Acadêmica de Engenharia de Produção que ocorrem no próprio campus do IFMG em Governador Valadares”;* *“PIC com alunos medalhistas da OBMEP, projeto envolvendo a área de conservação do Pico da Ibituruna”.*

Por meio do gráfico 7 podemos constatar que 82% dos docentes têm dificuldades em realizar práticas extensionistas e, relacionaram isso às questões “burocracia” “recursos” “desinteresse”.

“dificuldades burocráticas e estruturais” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“projetos de extensão que envolvem humanos tem que passar pelo comitê de ética” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“a compra de materiais é demorada e demanda tempo para fazer três pesquisas de preço” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“falta de recurso específico” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

“há pouco interesse do aluno” (docente vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Engenharia Ambiental e Sanitária, Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio).

Percebemos que algumas dificuldades, apresentadas pelos docentes, em realizar as atividades extensionistas requerem melhor organização por parte da instituição como, por exemplo, celeridade na compra de materiais. Por outro lado, cabe aos docentes planejar, minuciosamente, as ações necessárias para executar todas as etapas dessas atividades. Identificamos, também, que os docentes parecem ter dificuldade de lidar com questões de cunho legal, o fato de os projetos de extensão envolvendo seres humanos terem que passar pelo comitê de ética, no nosso entendimento, não pode ser um fator capaz de desestimular o docente a realizar a prática extensionista dado que trata-se de exigência estabelecida na Resolução CNS Nº 466/2012. O certo é que as atividades extensionistas exigem planejamento e organização por parte daqueles que estão à frente dessas atividades, e isso não pode ser elemento que impeça a execução das ações.

Outra dificuldade apresentada pelos docentes quanto à questão de realizar as atividades extensionistas refere-se à falta de recurso, isso está bem evidenciado nas falas *“falta combustível para ir a campo”*; *“falta de recurso específico”*. No que se refere à escassez de recurso financeiro vale ressaltar que as atividades de extensão, sofrem com o baixo recurso a elas direcionado, mesmo em circunstâncias mais favoráveis que as atuais. Nesse mesmo sentido, o FORPROEX (2012) cita o desequilíbrio financeiro prejudicial à concretização dos projetos de extensão, o que de fato necessita ser superado.

Quanto à falta de interesse dos estudantes em participar das atividades resgatamos Freire (1996), de que é preciso intervir na realidade de tal modo que não adaptemos a ela, mas sejamos sujeitos que contribua com a mudança de atitudes, neste caso o desinteresse dos estudantes em participar das práticas.

Os outros docentes, ou seja, 18% destacaram que não enfrentaram, até o momento, problemas que os tenham impedido de realizarem atividades extensionistas.

Quanto ao fato de os docentes entenderem se os seus estudantes se beneficiam das atividades extensionistas 100% afirmaram que sim, pois *“oportuniza a prática e o diálogo com outras formas de ensino”*; *“é uma oportunidade que eles têm de “interferir no mundo pela ação”, como dizia Paulo Freire”*; *“existe uma aproximação entre alunos, docentes e comunidade de forma que os alunos podem ampliar a sua visão de mundo e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população”* essas foram exteriorizações apresentadas para demonstrar que os estudantes beneficiam das atividades.

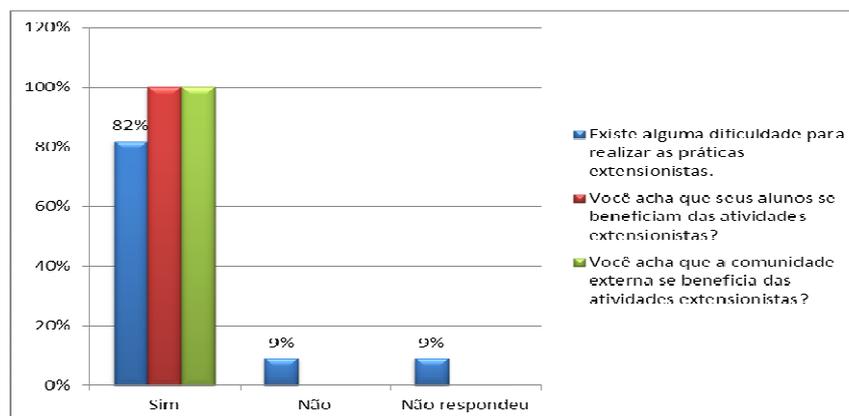


Gráfico 7: Dificuldades e Benefícios das atividades extensionistas

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Também, 100% dos docentes entenderam que a comunidade externa se beneficia das atividades extensionistas posto que ela *“aproxima a universidade, no caso o IFMG da comunidade (visibilidade e acesso)”*; *“é uma forma de a comunidade externa conhecer melhor a instituição de ensino, integrar-se de forma mais prática e menos conceitual à realidade dessas instituições”*; *“a comunidade externa pode ter suas demandas cotidianas atendidas por estas ações ou é possível que problemas reais sejam solucionados”*.

Por meio dos relatos, tanto dos docentes quanto dos estudantes, ficou demonstrado que as comunidades, acadêmica e externa, estão envolvidas nas atividades extensionistas.

No entanto, é preciso atentar para o fato de que a verdadeira ação extensionista não é apenas ir até aqueles que julgamos necessitar de nossas ações é mais que isso, trata-se de uma *“opção libertadora”* onde todos possam expressar seus conhecimentos. O ideal é que a extensão seja um processo de comunicação e não de doação Freire (2015).

4.3 A Percepção do coordenador de extensão

O coordenador de extensão, também tem função primordial junto à extensão universitária devido ao desempenho de atribuições diretamente relacionadas ao setor de extensão do campus que visa contribuir com a execução das atividades extensionistas.

Seu entendimento em relação ao tema extensão universitária foi destacado como *“processo educativo, social e cultural em que os conhecimentos acadêmico e popular se encontram, através da interação entre a instituição de ensino, os diversos seguimentos sociais e o mundo do trabalho”*. Notamos que os três grupos, ou seja, estudantes, docentes e o coordenador de extensão associaram comunidade acadêmica e externa à temática da extensão universitária o que mais uma vez demonstra a importância desse elo para a execução da prática extensionista. O coordenador de extensão, diferentemente dos outros grupos, ressaltou

um ponto relevante em relação à extensão universitária ao destacar que “*os conhecimentos acadêmico e popular se encontram*”. Esse reconhecimento é extremamente significativo posto que esses conhecimentos contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos na prática extensionista.

A concepção de extensão praticada no IFMG campus Governador Valadares foi relacionada a “*projetos, eventos ou cursos de formação inicial e continuada*”. O coordenador destacou:

“Uma busca constante é a de promover uma experiência pedagógica, contribuindo para a formação de nossos estudantes, ao mesmo tempo em que dialoga com a sociedade soluções e práticas voltadas ao desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e tecnológico, através da difusão do conhecimento e de uma troca de saberes”.

Essas expressões demonstram preocupação quanto à formação dos estudantes bem como o retorno para a sociedade por meio de práticas extensionistas.

Em relação ao espaço ocupado pela extensão universitária na instituição o coordenador destacou que “*é uma área em processo de consolidação na instituição*”. Observamos que somente em 2016 a instituição passou a receber recurso específico para as atividades de extensão:

“Desde o ano de 2016 a extensão no IFMG passou a contar com orçamento próprio para o fomento de suas ações. A partir do ano de 2017 ficou definida a destinação de no mínimo 2% de cada unidade para a extensão, como forma de complemento dos recursos do bloco temático na Matriz CONIF. No ano de 2018, além da garantia do valor citado, ficou acordado mais 1% para o Programa Institucional de Esporte e Lazer”.

Embora constatamos pouca visibilidade das atividades de extensão no campus, aqui, pela fala do coordenador percebemos que a instituição está procurando registrar essas atividades “*em 2018 foi publicado o Anuário de Extensão, publicação institucional com o objetivo de dar visibilidade aos projetos de extensão*”. Essas falas evidenciam o apreço que o IFMG tem em relação à extensão universitária fato que contribui para o fortalecimento de suas atividades, o que precisa ser implementado no campus Governador Valadares.

Os docentes destacaram que a falta de recurso específico para as atividades extensionistas dificulta a realização de suas práticas. De acordo com o coordenador de extensão “*desde o ano de 2016 a extensão no IFMG passou a contar com orçamento próprio para o fomento de suas ações*”. Consideramos que essa falta de recurso citada pelos docentes corrobora com a questão de que à extensão é dado recurso insuficiente para suas ações, o que de fato também é uma realidade vivenciada no campus.

O IFMG realiza a extensão universitária “*a partir de programas e projetos e atividades de extensão inerentes à extensão tecnológica*”. O processo de seleção das atividades de extensão por meio dos editais de seleção, destacado pelo coordenador, no nosso entendimento parecem ser o meio mais equânime para concorrer à execução dos projetos de extensão já que, pelo visto, o recurso disponível para a extensão não contempla todas as atividades.

Foram destacadas também dificuldades para realizar as atividades extensionistas no campus, embora o quantitativo de servidores seja considerável, a participação nessas

atividades ainda é pouca. Assim como os docentes o coordenador destacou a dificuldade em realizar compras de materiais necessários para executar as atividades de extensão.

“muitas das vezes, por estar envolvido em diversas atividades (atividades de sala de aula e/ou do próprio projeto de extensão) o coordenador (que normalmente é um docente) tem dificuldades em realizar as ações burocráticas, como orçamentos e outros. Por outro lado, o setor de Administração e Planejamento não tem possibilidade de fazer uma ação mais focada nessas aquisições, devido às inúmeras demandas inerentes ao setor”.

Além das circunstâncias já apresentadas pelos docentes e coordenador de extensão quanto à dificuldade para realizar as atividades extensionistas no campus, vale acrescentar como exemplos de obstáculos que a instituição enfrenta nas demandas da extensão a carência de pessoas comprometidas com a extensão, escassez de recurso, os auxílios capacitação para os sujeitos inseridos nessas atividades são insuficientes. Por outro lado, entendemos que a extensão no campus precisa ficar mais evidente para que a comunidade acadêmica a perceba como parte do contexto educacional, posto que comparada ao ensino e a pesquisa, ela é ainda a que mais carece de assistência.

Por fim, o coordenador ressaltou a importância das atividades extensionistas para as comunidades Acadêmica e Externa:

“As ações de extensão são fundamentais para a formação dos estudantes, pois os coloca em contato direto com a sociedade e o mundo do trabalho. Para a instituição é a oportunidade de mostrar à comunidade em que estamos inseridos a relevância dos trabalhos e do conhecimento acadêmico aqui desenvolvido”.

Nessa perspectiva, Garcia, Bohn e Araújo (2013) ressaltam que o compromisso social da universidade assenta a extensão como uma prática acadêmica capaz de melhorar a interligação da universidade com os demais setores da sociedade, o que contribui para a formação do profissional cidadão, amplia a produção de conhecimento significativo no sentido de superar as desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatarmos os objetivos iniciais deste trabalho constatamos, pela percepção dos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitária e do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio, que a extensão universitária é uma realidade no IFMG campus Governador. Por meio dos dados apontados pelos participantes da pesquisa ela é desenvolvida por meio de projetos de extensão, minicursos, oficinas, feiras de ciências, seminários de iniciação científica, rodas de conversas, visitas técnicas, eventos e cursos de formação inicial e continuada.

Tendo em vista que a educação profissional ofertada pelo IFMG é mais direcionada para a preparação do aluno para o mercado de trabalho esta pesquisa procurou averiguar se a Extensão no IFMG campus Governador Valadares contribui para uma educação que possibilite, também, o desenvolvimento profissional e humanístico do estudante. Pelos dados da pesquisa observamos que as atividades extensionistas do campus exercem função significativa junto aos estudantes no que se refere à formação profissional. Isso pode ser confirmado pelos 96% dos estudantes que apontaram que a extensão possui papel importante na sua formação profissional e ainda pelos 92% dos estudantes que consideraram que as atividades de extensão têm papel importante na sua formação enquanto pessoa. Por meio desses dados evidenciamos o reconhecimento das atividades de extensão no desenvolvimento profissional e humanístico dos estudantes contribuindo para o aprimoramento do conhecimento, melhorando sua formação profissional e pessoal.

No que se refere à prática extensionista pela troca de saberes e à simetria entre extensionista e público constatamos fragilidades e desconhecimento de conteúdos que possibilitem a postura comprometida e segura em relação ao reconhecimento de saberes populares e ao diálogo por parte dos docentes e dos discentes. Ficou visível que os estudantes precisam ser preparados para lidar com uma prática extensionista baseada na relação dialógica. O fato de 71% dos estudantes revelarem ter adquirido conhecimento com os sujeitos envolvidos nas atividades de extensão e 29% afirmarem não terem assimilado conhecimento na prática extensionista revela essa necessidade.

Além disso, o fato de 82% dos docentes apresentarem dificuldades em realizar as práticas extensionistas e 45% não realizarem essas práticas, são questões que carecem de um olhar crítico por parte da instituição.

Apesar do PDI considerar a extensão uma prática acadêmica que possibilita atender às demandas da sociedade, contribuindo assim, para a formação de profissionais cidadãos e difusão do conhecimento de forma a superar as desigualdades sociais, ao observar os PPCs dos cursos é possível identificar o direcionamento da formação de profissionais para o mercado de trabalho. Nesse sentido, faz-se necessário conscientizar a comunidade acadêmica sobre os múltiplos benefícios que a extensão pode proporcionar aos cidadãos.

Todos os empecilhos apresentados precisam ser superados para que as atividades extensionistas sejam executadas de forma que contribua para o desenvolvimento da comunidade acadêmica e externa. Os processos de execução das demandas da extensão, por exemplo, necessitam de mais celeridade, é preciso capacitar docentes e técnicos administrativos para lidar com as ações extensionistas. Além do compromisso da administração superior, o envolvimento dos servidores, docentes e técnicos administrativos, nas ações de extensão do campus são fundamentais.

Entendemos que a instituição ainda tem muito que avançar em relação à extensão universitária, é preciso que ela se organize melhor para o bom andamento das atividades extensionistas. O fato de não ser parte integrante do currículo dos cursos como ação

pedagógica, por exemplo, dificulta a sua prática. Nesse sentido, ao ser inserida nos currículos dos cursos ao estudante se viabiliza a oportunidade de se envolver com as práticas extensionistas podendo executar as atividades conforme os preceitos da extensão universitária. A curricularização da extensão também pode contribuir para que o docente possa desencadear um processo contínuo de execução e avaliação de suas práticas extensionistas, bem como repensar sua postura e dos estudantes enquanto extensionistas, visto que, não constatamos uma concepção dialógica junto aos envolvidos nas práticas que acompanhamos.

Por fim, entendemos ser de extrema importância que a instituição proporcione a toda comunidade do IFMG momentos de debate e reflexão sobre a temática da extensão universitária nas mais variadas formas acadêmicas, buscando ampliar as oportunidades para sua realização e garantindo sua continuidade, realizando o exercício da troca de ideias, posturas e saberes entre seus pares para que ao planejar e colocar em prática as referidas atividades possa interagir ativamente com os demais sujeitos envolvidos de forma que todos se beneficiem de sua real finalidade que é o desenvolvimento e aprimoramento integral do conhecimento.

Apenas a inserção da comunidade acadêmica na comunidade local não é suficiente para realizar as atividades de extensão. A comunidade acadêmica, em especial os estudantes, precisa entender e assumir que por meio de seus saberes e, em uma relação de troca de experiência com a comunidade local é possível contribuir junto aos anseios dessa comunidade e, além disso, possibilitar conexão de conhecimento entre as comunidades.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Pinho; SÁ, Salette Marinho. *Formação Profissional no Século 21: Reflexões sobre aprendizagem a partir da extensão universitária*. IN: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

Anuário de Extensão. Publicação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

ATER. Fundamentos Teóricos, Orientações e Procedimentos Metodológicos para a Construção de uma Pedagogia de Ater. Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2010.

AUSANI, Julio Cesar e Pommer Roselene Gomes **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.3, vol.2, jul/dez. 2015.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011).

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação Rural** – São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3set.2017

BRASIL. Decreto-lei n. 19.851 de 11 de abril de 1931. **Estatuto das universidades brasileiras. Brasília, 1931b.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1931vi625p/pdf37.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes de Base da Educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 13 de jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providencias. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em: 13 de jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. UERJ A Universidade, a Extensão Universitária e A Produção de Conhecimentos Emancipadores.

Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em: 15 de dez. 2017.

COSTA, Aline Aparecida Cezar, BAIOTTO, Cléia Rosani e GARCES, Solange Beatriz Billig. *Aprendizagem: O olhar da extensão* IN: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

CUNHA, Daniela Martins. **Atuação das instituições governamentais e não-governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional de Caparaó**, Minas Gerais. Viçosa: UFV, 2006.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

DIAS, Marcelo Miná. *Entre o assistencialismo e as lutas por emancipação: Características gerais das abordagens extensionistas. Práticas e Reflexões na Extensão Universitária. A Experiência da Universidade Federal de Viçosa*. IN: SOUSA, Diogo Tourinho et al. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2017.

DIAS, Marcelo Miná. *Diversidade de concepções sobre extensão universitária: Uma abordagem crítico-propositiva. A Experiência da Universidade Federal de Viçosa*. IN: SOUSA, Diogo Tourinho et al. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2017.

DINIZ, Amanda Cristina Alves. *As práticas extensionistas da Emater frente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: um estudo na microrregião de Pará de Minas/MG*. Revista de Extensão e Estudos Rurais. Journal of Extension and Rural Studies – Revista de Extensão e Estudos Rurais. v.6 N.2 JUL.DEZ.2017.

DORE, Rosemary. AFINAL, O QUE SIGNIFICA O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI? Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.- dez., 2014.

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. 3ª Edição. UNIJUI 2003.

EMATER. Disponível em: http://emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=3. Acesso em: 05 de mar. de 2018.

FILHO, Renato Anunciação. Educação, tecnologia & inovação. Organização de Cláudio Reynaldo Barbosa de Souza e Renelson Ribeiro Sampaio. Salvador: Edifba, 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da et al. *A Comunicação na Embrapa: do difusionismo à comunicação como inteligência organizacional* 2009. Disponível em <<https://pentaho.letras.up.pt/ojs/index.php/prismacom/article/viewFile/2062/1898>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Publicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus AM maio 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 2 de dez. 2017.

FORPROEXT, Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2014.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2015.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARAES, Sergio. **Pedagogia: Diálogo e Conflito** 8ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em perspectiva, 14(2) 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002>. Acesso em: 08 de mai. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Saber Aprender. Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação**. Universidade de Évora Um olhar sobre Paulo Freire Congresso Internacional Évora, 20 a 23 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1125>>. Acesso em: 01 de mai. 2018.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. *Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário*. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set/dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175>> Acesso em: 16 dez. 2018.

GARCIA, Bereni; BOHN, Letícia; ARAÚJO, Maria Inês. Universidade e extensão universitária: *Uma relação dialógica entre a formação profissional e compromisso social*. IN: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

GONZATTI, Sonia Elisa; DULLIUS, Maria Madalena; QUARTIERI, Marli Teresinha. *O potencial da extensão para a formação profissional*. IN: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Teoria da Ação Comunicativa** (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo Theory of Communicative Action (Habermas): consensus, utopia, paradigm. Veritas, v. 58, n. 1, jan./abr. 2013, p. 151-173.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf> Acesso em: 07 dez. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>>. Acesso em: 21 de mai. 2018.

IFMG, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/em-clima-de-entusiasmo-calouros-comparecem-para-convocacao-de-matriculas>>. Acesso em: 08 de dez. 2018.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206>. Acesso em: 108 de jun. 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e ensino presencial e a distancia**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012 – Série Prática Pedagógica.

MATURANA, R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política** / Humberto Maturana; tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 98 p. Traduzido do espanhol.

MORAES, Alexandre; **Direito Constitucional**. 23 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OTRANTO, Regina Célia. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. RETTA- Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas. V.I, nº 01, p.108, jan/jun. 2010.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais. **Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ed. Moderna Brasília 2011.

PANIZZI, Wraza Maria. **Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. IN: PEIXOTO, Maria do Carmo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PDI IFMG, **Plano de Desenvolvimento Institucional** - / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte 2015.

PEIXOTO, Marcus. **EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: Uma abordagem histórica da legislação**. Brasília. Outubro de 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; ANATASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no Ensino Superior**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: <www.feevale.br/editora> Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7717-158-3

PPC, Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

PPC, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

Projeto Programa de Ações Socioambientais no Monumento Natural Estadual do Pico da Ibituruna.

RIBEIRO, Maria das Graças; VALENTIM, Fabrício. *Práticas e Reflexões na Extensão Universitária. A Experiência da Universidade Federal de Viçosa*. IN: SOUSA, Diogo Tourinho et al. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2017.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. **Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Aracaju v. 1n.16. 141-148mar. 2013 Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>>.

ROMÃO, José Eustáquio. **Educação no Século XXI Saberes Necessários Segundo Freire e Morin**. EccoS Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo: (v.2 n.2): 2000.

ROTHEN, JoséCarlos. **A universidade Brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931**. 2007. Revista brasileira de história da educação. V. 8, 2007, ed. 2, p. 141-146.

RUAS, Elma Dias et al. *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR*. Belo Horizonte, 2006.

SAMBORSKI, Tarcisio; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires da; SAMBORSKI, Andrea Melissa Mikoski. **Theoryofcommunicativeactionand rural extension**. Revista de Extensão e Estudos Rurais v.6 N.2 JUL.DEZ.2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade*. 3. Ed.São Paulo: Cortez, 2011.Coleção questões da nossa época; v.11.

SCHLEMMER, Eliane. Projetos de Aprendizagem Baseados em Problemas: uma metodologia interacionista/construtivista para formação de comunidades em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Revista Digital da CVA - Ricesu, ISSN 1519-8529 a CVA - RICESU ISSN 1519-8529. PIAGET, J. (1973) Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Forense.

SILIPRANDI, Emma. **Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica.** Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002 <http://www.pvnocampo.com/agroecologia/desafios_para_a_extensao_rural.pdf>. Acesso em 3 de março 2019.

Sistema do Registro Acadêmico – CONECTA. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFMG campus Governador Valadares.**

SÍVERES, Luiz; SILVA, Aurélio Rodrigues de. *Extensão universitária e formação profissional: Processo de aprendizagem e procedimento de desenvolvimento sustentável.* IN: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013.

7 APÊNDICES

Apêndice A

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a) _____

Eu, Raquel Antunes de Freitas Nunes, servidora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Minas Gerais, Assistente em Administração, na qualidade de aluna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em educação sob a orientação da Professora Doutora Monica Aparecida Del Rio Benevenuto convido o (a) Senhor (a) para participar da pesquisa, intitulada: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOS estudantes.

A pesquisa tem como objetivo identificar pela percepção dos estudantes do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do IFMG campus Governador Valadares, se a prática extensionista se faz presente na Instituição e se tem contribuído para sua formação profissional e humanística.

Através dessa pesquisa pretendemos analisar o contexto da prática extensionista no IFMG campus Governador Valadares, para isso, é primordial a participação do sujeito na pesquisa. Ela justifica-se tendo em vista a importância de sua temática para a comunidade acadêmica e comunidade local.

A participação do sujeito nesta pesquisa envolve uma previsão de riscos mínimos, pois concerne apenas em coletas de dados através da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, é possível a utilização de entrevista coletiva ou individual para possíveis esclarecimentos após a aplicação do questionário. Além disso, serão realizadas visitas de campo objetivando conhecer e observar as ações extensionistas desenvolvidas pela Instituição.

Caso o participante sinta-se qualquer desconforto durante a realização da pesquisa o mesmo deverá informar à pesquisadora esse possível evento para que seja adotada as precauções necessárias.

A pesquisa será realizada no IFMG campus Governador Valadares, e envolverá o coordenador de extensão do campus, professores e estudantes. O grupo, no qual ocorrerá a

pesquisa, é composto de sessenta estudantes, vinte e quatro professores e o coordenador de extensão do campus, totalizando oitenta e cinco pessoas. Pretendemos trabalhar com pelo menos 20% dos estudantes e professores.

A presente investigação, de natureza qualitativa e quantitativa possuirá as seguintes etapas e instrumentos:

- Aplicação de questionários aos estudantes e professores que aceitarem participar da pesquisa com o objetivo de identificar se as práticas extensionistas ocorrem e de que forma, como elas são realizadas pelos professores, e se há percepção dos estudantes sobre a contribuição dessas práticas em sua formação;

- Aplicação de questionário ao coordenador de extensão do campus a fim de compreender o cenário da extensão no âmbito administrativo;

- Os questionários serão aplicados nas dependências do Campus em horário a ser acordado conforme o calendário acadêmico, sendo as respostas transcritas pela pesquisadora para realização da análise dos dados;

- Caso surja questões que precise ser esclarecidas após a aplicação do questionário será adotada a entrevista semiestruturada, elas serão áudio-gravadas e posteriormente transcritas para realização da análise dos dados;

No decorrer da pesquisa será realizado um aprofundamento da revisão de literatura, de modo que possamos dar tratamento rigoroso aos dados.

As informações a seguir destinam-se esclarecer a participação voluntária do sujeito nesta pesquisa na condição de fonte, ou seja, a pessoa que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

- A sua participação é totalmente voluntária;

- Fica garantido o anonimato de sua identidade;

- Caso seja anexadas fotos do sujeito participante da pesquisa na dissertação de mestrado a sua identificação será preservada;

- Não haverá custo de qualquer natureza para o sujeito e sua participação será inteiramente gratuita, bem como não haverá compensação financeira pela participação do sujeito;

- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;

- É possível, a qualquer tempo, se retirar o **consentimento**, sem qualquer prejuízo pessoal ou institucional;

- A coleta de dados tem caráter confidencial e estarão disponíveis somente para a pesquisadora e sua orientadora;

- Os dados ou parte deles poderão ser usados no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar as informações pessoais dos sujeitos, como nome, endereço, telefone, etc;

- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;

- A dissertação será depositada na Biblioteca Central da UFRRJ, e será disponibilizada para consulta de outros pesquisadores e elaboração de trabalhos para publicação.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Declaro que fui devidamente informado e **esclarecido** pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, e que minha participação nesta pesquisa envolve uma previsão de riscos mínimos, e caso sinto qualquer desconforto em relação à pesquisa deverei informar à pesquisadora para que sejam adotadas as precauções necessárias.

Foi-me garantido que posso retirar meu **consentimento** a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Dados do Participante da Pesquisa

Nome completo:

Telefone(s):

E-mail:

Local e Data:

Assinatura do participante da pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, Raquel Antunes de Freitas Nunes, servidora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Minas Gerais, campus Governador Valadares, ocupante do cargo Assistente em Administração e-mail raquel.nunes@ifmg.edu.br telefone (33) 3272 5400 declaro ter atendido as exigências para submissão do projeto de pesquisa ao comitê de ética da UFRRJ.

Governador Valadares, 14 de agosto de 2018.

Raquel Antunes de Freitas Nunes

Profa. Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Apêndice B

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOR COMO SUJEITO

Declaramos que fomos devidamente informados e **esclarecidos** pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, e que a participação nesta pesquisa envolve uma previsão de riscos mínimos, e caso o menor sinta qualquer desconforto em relação à pesquisa deveremos informar à pesquisadora para que sejam adotadas as precauções necessárias.

Foi-me garantido que poderemos retirar nosso **consentimento** a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Dados do responsável pelo menor Participante da Pesquisa

Nome completo (Legível):

Telefone(s):

E-mail:

Dados do menor Participante da Pesquisa

Nome completo (Legível):

Telefone(s):

E-mail:

Eu, _____
autorizo a realização da pesquisa com o menor _____

Assinatura do responsável pelo menor

Assinatura do menor

_____, ____/____/____

Local e data

Apêndice C

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

PROJETO DE PESQUISA

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES

O presente questionário faz parte da pesquisa sobre a prática extensionista no IFMG campus Governador Valadares para o curso de Mestrado em Educação Agrícola.

O objetivo da pesquisa é identificar se essas práticas ocorrem e de que forma, como elas são realizadas pelos professores, e se há percepção dos estudantes sobre a contribuição dessas práticas em sua formação.

A sua participação é primordial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Por favor, responda às questões abaixo:

Gênero:

Idade:

Curso:

1) Qual é o seu entendimento em relação ao tema extensão universitária?

2) Você já presenciou alguma atividade extensionista no IFMG campus Governador Valadares?

() sim () não

Em caso afirmativo, indique a atividade.

3) Você e a sua turma de sala já participaram ou estão participando de atividade extensionista dentro ou fora do IFMG campus Governador Valadares?

() sim () não

Em caso afirmativo, indique a atividade.

4) Como os professores desenvolvem as práticas extensionistas na sua turma?

5) Na atividade de extensão você coloca em prática assunto(s) estudado(s) em sala de aula?

sim não Por quê?

6) Você acha que as atividades de extensão tem um papel importante na sua formação profissional?

sim não Por quê?

7) Você acha que as atividades de extensão tem um papel importante na sua formação enquanto pessoa?

sim não Por quê?

8) Você adquiriu algum aprendizado com o público onde realizou as atividades de extensão?

sim não

Em caso afirmativo, qual/is?

9) As disciplinas tornam-se mais atraentes quando você as aplica nas atividades de extensão?

sim não Por quê?

Apêndice D

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

PROJETO DE PESQUISA

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIENCIA E TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

QUESTIONÁRIO – DOCENTES

O presente questionário faz parte da pesquisa sobre a prática extensionista no IFMG campus Governador Valadares para o curso de Mestrado em Educação Agrícola.

O objetivo da pesquisa é identificar se essas práticas ocorrem e de que forma, como elas são realizadas pelos professores, e se há percepção dos estudantes sobre a contribuição dessas práticas em sua formação.

A sua participação é primordial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Por favor, responda às questões abaixo:

Gênero:

Idade:

Indique o (s) curso (s) em que você atua como docente

- () Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.
- () Curso Superior de Engenharia Ambiental e Sanitaria.
- () Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio.

1) Qual é o seu entendimento em relação ao tema extensão universitária?

2) Você realiza as práticas extensionistas com os seus alunos?

() sim () não Por quê?

3) Se realiza extensão indique as práticas e o local de realização.

4) Você já presenciou outros docentes realizando atividade extensionista no IFMG campus Governador Valadares ou em outro local?

sim não

Em caso afirmativo, indique a atividade e o local.

5) Existe alguma dificuldade para realizar as práticas extensionistas

sim não Por quê?

6) Você acha que seus alunos se beneficiam das atividades extensionistas?

sim não Por quê?

7) Você acha que a comunidade externa se beneficia das atividades extensionistas?

sim não Por quê?

Apêndice E

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

PROJETO DE PESQUISA

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFMG CAMPUS GOVERNADOR VALADARES NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES.**

QUESTIONÁRIO – COODENADOR DE EXTENSÃO CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

O presente questionário faz parte da pesquisa sobre a prática extensionista no IFMG campus Governador Valadares para o curso de Mestrado em Educação Agrícola.

O objetivo da pesquisa é identificar se essas práticas ocorrem e de que forma, como elas são realizadas pelos professores, e se há percepção dos estudantes sobre a contribuição dessas práticas em sua formação. Esse questionário visa buscar dados para que possamos compreender o cenário da extensão no âmbito administrativo.

A sua participação é primordial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Por favor, responda às questões abaixo:

Gênero:

Idade:

Tempo em que ocupa o cargo:

- 1) Em sua opinião o que é extensão universitária?
- 2) Qual é a concepção de extensão praticada no IFMG campus Governador Valadares?
- 3) Qual o espaço ocupado pela extensão universitária na instituição?
- 4) De que forma o IFMG vem realizando a extensão universitária?

5) Existem dificuldades para realizar as atividades extensionistas no IFMG campus Governador Valadares?

sim não Por quê?

6) Qual é a importância das atividades extensionistas para as comunidades:

Acadêmica

Externa